

**Liliana Patrícia da Costa Monteiro Gonçalves**

**O Impacto da Vida em Instituição:  
narrativas e significados em crianças vítimas de maus tratos**

**Universidade Fernando Pessoa**  
Faculdade de Ciências Humanas e Sociais

Porto, 2008



**Liliana Patrícia da Costa Monteiro Gonçalves**

**O Impacto da Vida em Instituição:  
narrativas e significados em crianças vítimas de maus tratos**

**Universidade Fernando Pessoa**  
Faculdade de Ciências Humanas e Sociais

Porto, 2008

**Liliana Patrícia da Costa Monteiro Gonçalves**

**O Impacto da Vida em Instituição:  
narrativas e significados em crianças vítimas de maus tratos**

Monografia apresentada à Universidade  
Fernando Pessoa, como parte dos requisitos  
para obtenção do grau de licenciada em  
Psicologia Clínica.

## SUMÁRIO

Todas as crianças deveriam ter a oportunidade de viver uma infância feliz, construindo assim o acesso a um desenvolvimento equilibrado. No entanto, a existência de certos condicionalismos vêm destruir essa possibilidade. Os maus tratos são disso um exemplo, causando sofrimento a estas crianças, que se vêem numa situação de desamparo tanto a nível afectivo, como na prestação dos cuidados essenciais para a sua sobrevivência. Torna-se assim pertinente a procura incessante de uma solução capaz de as proteger e as colocar numa situação mais favorável, para que se desenvolvam de forma adequada. A institucionalização, quando não se afigura possível outra solução, é frequentemente a opção seguida em muitos destes casos.

Com o objectivo de estudar as narrativas e o significado que a institucionalização tem nas suas vidas, realizou-se uma investigação que incidiu sobre um grupo de crianças institucionalizadas, da Fundação Stela e Oswaldo Bomfim. Este grupo foi constituído por 9 crianças (6 do sexo masculino e 3 do sexo feminino), com idades compreendidas entre os 10 e os 15 anos, retiradas do seio familiar, uma vez que este não oferecia as condições necessárias para o seu desenvolvimento adequado. Para a recolha de dados junto destas crianças, utilizou-se a entrevista qualitativa, uma vez que esta se apresentou como a forma mais eficaz para a obtenção de informação.

As teorias narrativas e a *Folk Psychology*, estiveram presentes ao longo deste trabalho, que para a sua implementação, recorreu às metodologias qualitativas, nomeadamente à *Grounded Theory*, revelando-se preciosos instrumentos de investigação, uma vez que auxiliaram na conclusão e obtenção dos resultados.

Através desta investigação concluiu-se que, apesar da existência de consequências negativas para além das positivas, esta problemática não é condição *sine qua non* para que haja um impacto negativo da vida em instituição. Para estas crianças a

institucionalização na Fundação Bomfim revelou-se a solução mais adequada, tendo sido mais favorável do que permanecer junto de progenitores irresponsáveis e incapazes de proporcionar às suas crianças, toda a protecção a que estas têm direito. Além disso, os próprios menores têm consciência destes benefícios, uma vez que reconhecem a importância que essa decisão teve para as suas vidas.

*Dedico este trabalho a todas as crianças que com a sua participação tornaram possível a sua realização, e a todas aquelas que não conseguem desfrutar o prazer da infância.*

## *Agradecimentos*

Este trabalho só foi possível com o apoio de pessoas muito especiais, por isso gostaria de deixar aqui o meu agradecimento para todas elas, nomeadamente:

À Dra. Carla Fonte, por ter aceite orientar esta monografia, por todo o apoio prestado, pela disponibilidade, pelo incentivo e compreensão que transmitiu ao longo deste processo.

À mãe Gabriela, por todo o esforço que tem feito, pela sua inesgotável compreensão, força, carinho, incentivo e amor. Pelas palavras certas quando a força parece faltar. Sem ela seria impossível cumprir este objectivo.

Ao pai António, pelo incentivo e força que transmite, pela sua capacidade em transmitir o gosto pelo saber.

Às irmãs Clara e Ana pela paciência, compreensão, ajuda e incentivo que proporcionaram ao longo desta caminhada.

Ao namorado Jó pela força, disponibilidade, sacrifício, incentivo e companheirismo. Por todo o apoio que tem prestado e todo o amor que tem demonstrado.

À avó Celeste pelo seu amor e pela sua presença na minha vida.

# ÍNDICE GERAL

## SUMÁRIO

<i>Introdução</i>	<i>1</i>
<b>Parte I – Enquadramento Teórico</b>	<b>3</b>
<i>Capítulo 1 – Maus Tratos Infantis</i>	<i>3</i>
<b>1 – A Infância, Período Determinante</b>	<b>3</b>
1.1 – A Importância da Infância	4
<b>2 – Os Maus Tratos em Crianças</b>	<b>6</b>
2.1 – Ensaio sobre a definição de Maus Tratos	7
2.2 – A Visão sobre a Problemática em Portugal	8
2.3 – Etiologia dos Maus Tratos	9
2.3.1 – Modelo Psicológico ou Psiquiátrico	10
2.3.2 – Modelo Sociológico	13
2.3.3 – Modelo Centrado na Criança	14
2.3.4 – Perspectiva Ecológica	15
<b>3 – As Várias Vertentes dos Maus Tratos</b>	<b>19</b>
3.1 – Maus Tratos Físicos	20
3.2 - Abuso Sexual	21
3.3 – Negligência	22
3.4 – Maus Tratos Psicológicos/Emocionais	23
3.5 – Abandono	25
<i>Capítulo 2 – A Institucionalização</i>	<i>26</i>
<b>1 – O recurso à Institucionalização</b>	<b>26</b>

<b>2 – Impacto da Vida Institucional</b>	<b>29</b>
2.1 – Consequências Positivas	29
2.2 – Consequências Negativas	30
<b><i>Capítulo 3 – Narrativas e Significados</i></b>	<b>34</b>
<b>1 – Teoria Narrativa: uma nova concepção do ser humano</b>	<b>34</b>
1.1 – Conceptualização Histórica e Definições de Narrativa	34
1.2 – Linguagem e Construção de Significados	36
<b>2 – Folk Psychology</b>	<b>38</b>
<b>Parte II – Estudo Empírico</b>	<b>42</b>
<b><i>Capítulo 4 – Metodologia</i></b>	<b>42</b>
<b>1 – As Metodologias Qualitativas</b>	<b>43</b>
1.1 – A <i>Grounded Analysis</i>	46
<b>2 – Método</b>	<b>47</b>
2.1 – Participantes	47
2.1.2 – Breve Caracterização da Instituição	50
2.2 – Material	51
2.2.1 - A Entrevista Qualitativa	51
2.3 – Procedimentos	53
<b><i>Capítulo 5 – Resultados</i></b>	<b>57</b>
<b>1 – Apresentação dos Resultados</b>	<b>58</b>
<b>2 – Discussão dos Resultados</b>	<b>68</b>

*Conclusão Geral*

78

**Bibliografia**

**85**

ANEXOS

## ÍNDICE DE QUADROS

<b>Quadro 1</b> – Caracterização da Amostra	49
<b>Quadro 2</b> – Discurso dos sujeitos relativamente ao motivo da sua institucionalização	59
<b>Quadro 3</b> – Discurso dos sujeitos acerca da sua reacção à Institucionalização	61
<b>Quadro 4</b> – Discurso dos sujeitos relativo à sua percepção acerca das implicações que a vivência em instituição comporta	63
<b>Quadro 5</b> – Discurso dos sujeitos acerca das consequências da permanência no Ambiente Familiar Habitual	66

## ***Introdução***

Apesar de hoje em dia muito se falar de maus tratos infantis, a institucionalização de crianças parece ser um assunto que ainda não está suficientemente explorado, dificultando o acesso a bibliografia e a estudos actuais. Apesar desta dificuldade, e uma vez que se trata de uma problemática bastante pertinente, optou-se por desenvolver uma investigação nesta área, contribuindo assim para o enriquecimento do tema. Com a finalidade de atingir este objectivo, reuniram-se esforços para recolher todos os elementos possíveis e pertinentes, para o estudo em causa.

De facto, a institucionalização de crianças é uma medida a implementar quando se verificam determinados condicionalismos, dentre os quais se destacam os maus tratos infligidos pelos próprios progenitores ou seus responsáveis. É precisamente no tema dos maus tratos infantis e na sua conseqüente institucionalização, que se debruça esta monografia.

A criança para se desenvolver de forma equilibrada e saudável necessita de se ver amada, acarinhada e atendida nas suas necessidades básicas. Além disso, o meio envolvente deve ser capaz de lhe proporcionar e permitir um desenvolvimento a todos os níveis: físico, intelectual, emocional e social. No entanto isto nem sempre acontece, existindo desde o início da humanidade, milhares de crianças sujeitas a todo o tipo de maus tratos (físicos, abuso sexual, negligência, psicológicos/emocionais e abandono).

A institucionalização, com os seus aspectos positivos e negativos, tem como objectivo acudir a estas crianças, tentando retirá-las de um meio desfavorável ao seu bom desenvolvimento e tentando protegê-las de um mundo conflituoso, degradante e violento.

Este trabalho tentou abordar todas estas questões, recorrendo para tal a uma amostra constituída por 9 crianças que se encontravam nesta situação ou seja, vítimas de maus tratos no passado e institucionalizadas no presente (na Fundação Stela e Oswaldo Bomfim<sup>1</sup>), com o intuito de verificar qual o impacto que esta decisão teve nas suas vidas e no seu futuro. Neste processo as metodologias qualitativas revelaram-se fundamentais, destacando-se a *Grounded Analysis* através da qual a teoria deriva de dados sistematicamente recolhidos e analisados ao longo da investigação (Strauss e Corbin, 1998).

Assim, o primeiro capítulo deste trabalho debruça-se sobre os maus tratos infantis, começando por falar na infância e demonstrando a sua importância. Tenta defini-los, demonstrando a visão que o nosso país tem a respeito deste problema e finalmente dedicando-se à sua etiologia. Este capítulo termina explicitando os vários tipos de maus tratos que existem e que vitimizam as crianças. O segundo capítulo é dedicado à institucionalização, começando por explicar como esta medida, que deveria ser o último recurso, passa a único recurso, e terminando referindo-se ao impacto da vida institucional, com as suas consequências positivas e negativas. O terceiro capítulo entrega-se às narrativas e significados, à nova concepção de ser humano e à *folk psychology*. O quarto capítulo apresenta a metodologia ou seja, a *Grounded Analysis*, o método, participantes, material e procedimentos. Finalmente, no quinto capítulo são apresentados e discutidos os resultados do estudo.

A conclusão geral encerra este trabalho, fazendo-se uma retrospectiva de todos os tópicos focados ao longo da investigação, e como o próprio nome indica, concluindo todo este estudo, agora na presença de todos os elementos essenciais para o tema e dos resultados do estudo efectuado.

---

<sup>1</sup> Daqui em diante a nomenclatura Fundação Stela e Oswaldo Bomfim, será sempre substituída apenas por Fundação Bomfim.

---

## PARTE I – ENQUADRAMENTO TEÓRICO

### *Capítulo 1 – Maus Tratos Infantis*

#### **1 – A Infância, Período Determinante**

Antes de entrarmos no tema dos maus tratos infantis propriamente dito, faz sentido começar por falar no período de vida a que, como o próprio nome indica, se debruça este trabalho. Assim, começaremos por fazer uma breve alusão à infância e aos aspectos considerados mais pertinentes para enriquecer a presente investigação.

A infância é o período de vida que mais influência imprime ao modo como se desenvolverão todas as fases posteriores, na medida em que nos dota de mecanismos adequados, ou não, para lidar com as diferentes situações que vão ocorrendo ao longo do crescimento vital de um ser humano. Esta primeira etapa da vida constitui a base de toda a personalidade de um ser humano, que quando nasce é uma tábua rasa. Isto significa, de acordo com Locke (1974), que a mente da criança é comparada a um papel em branco, ou a uma espécie de cera que vai ser moldada e adaptada, conforme a influência recebida. Ainda segundo o mesmo autor, a maneira de ser do homem deve-se à educação, que foi assimilada na infância.

No entanto, ao longo dos séculos, este período de vida não foi visto sempre da mesma forma. Não existiu desde sempre uma definição e visão da infância como a que existe hoje em dia, na qual se preconizam os direitos da criança, defendendo-a de possíveis ataques contra a sua integridade física e moral, por parte de pares e principalmente adultos, a maior parte das vezes responsáveis por elas.

O conceito de criança passou por diversas concepções e ideologias, tendo sofrido grandes alterações, desde os primórdios da humanidade até aos nossos dias. Desde sempre existem crianças, e o que tem variado ao longo da nossa história tem sido

a forma como se olha para elas, e conseqüentemente como se lida e procede com as mesmas (Vilaverde, 2000).

Tendo em conta o que foi anteriormente mencionado, faz sentido conhecer a importância que a infância tem para o desenvolvimento do ser humano. Desta forma, apresentar-se-á de seguida um breve resumo desta pertinência, fazendo-se referência aos aspectos mais importantes a ter em conta e que maior destaque merecem.

### **1.1 – A Importância da Infância**

De acordo com o que já foi referido anteriormente, a criança não foi sempre “olhada” da mesma forma. Existem crianças desde os primórdios da nossa existência e a forma como se encarou estes pequenos seres humanos em evolução diferiu muito, dependendo da época, da mentalidade e do conhecimento que imperava em determinado momento da história da humanidade. Segundo Freud, as raízes da vida emocional de uma pessoa, encontram-se na infância (Bowlby, 1982). Nesse período e de acordo com o mesmo autor, a criança vai desenvolver o seu modo de funcionar interiormente, influenciado pelos aspectos do mundo ao seu redor (Schaffer, 1999). Por esta razão se pode afirmar que é o período basilar, determinante, para que se afirmem os princípios básicos que pautarão o bom desenvolvimento pessoal.

Como refere Santos (1991), a personalidade tem uma base que é a infância, tal como acontece numa obra com os seus alicerces. São experiências e vivências que ninguém pode anular, uma vez que fazem parte de toda a estrutura humana.

O ser humano quando nasce é dotado de determinadas potencialidades, que necessitam de ser desenvolvidas. Para tal, é importante que se desenvolva num meio apropriado, constituído por características capazes de proporcionar a aquisição de regras fundamentais ao seu bom desenvolvimento. É essencial para o desenvolvimento

cognitivo, linguístico, emocional e social do bebé, que existam interações estimulantes com adultos responsivos (Burchinal, Roberts, Nabor e Bryant, 1996, citado por Papalia, Olds e Feldman, 2001), bem como um ambiente capaz de proporcionar estas aquisições, para além do desenvolvimento físico e intelectual (Vilaverde, 2000).

Segundo Cicchetti e Lynch (1995, citado por Vilaverde, 2000), um ambiente adequado ao bom desenvolvimento infantil, tem que proporcionar a satisfação das necessidades básicas tanto materiais como afectivas, sendo-lhe para isso dada a protecção adequada, a possibilidade de viver um bom relacionamento com os pais e a existência de um grupo social alargado que sirva de base à sua socialização. Bowlby (1981), defende que é extremamente importante que a criança receba na sua infância, cuidados parentais de qualidade, que viva uma relação calorosa, íntima e contínua com a mãe, pois a falta de cuidados maternos pode prejudicar o seu desenvolvimento, incluindo o desenvolvimento social.

Nos primeiros anos de vida é absolutamente normal e imprescindível que a criança dependa do meio. Esta dependência vital pode originar no futuro condutas baseadas em factos, circunstâncias ou situações, que foram vividas durante esta primeira fase da sua existência (Reyes, 2007). A criança precisa de alguém que a auxilie a satisfazer as suas necessidades imediatas como alimentação, calor, abrigo e protecção, proporcionando-lhe um ambiente que ajude a desenvolver as suas capacidades físicas, mentais e sociais, para que em adulto consiga lidar adequadamente com o seu meio físico e social (Bowlby, 1981). É extremamente importante que a criança se sinta querida (Reyes, 2007).

No entanto isto nem sempre se verifica, como clarificamos no ponto seguinte.

## 2 – Os Maus Tratos em Crianças

Como referido anteriormente, a infância deve corresponder à fase que servirá de base para o futuro de todo o ser humano. No entanto, muitas vezes, mais do que se imagina, a inocência tão característica deste período é violada por adultos, que acabam por atingir esta estrutura, comportando sofrimento, tristeza, medo.

Depois de termos demonstrado a importante influência que a infância exerce, este segundo ponto dedicar-se-á precisamente aos actos que transformam esta fase, num doloroso período da vida.

Em geral pode-se dizer que a maioria dos pais são afectuosos e calorosos com as suas crianças, no entanto muitos não conseguem cuidar dos filhos de forma adequada (Papalia *et al.*, 2001), acabando por os maltratar. De acordo com Magalhães (2002), os maus tratos praticados contra crianças e jovens são um grave, delicado e complexo problema da nossa sociedade. Existem milhares de crianças vítimas destes actos, evidenciando a degradação a que chegou a sociedade contemporânea (Vilaverde, 2000).

Contudo, os maus tratos a crianças não são um problema actual, tendo uma história bastante longa, talvez mesmo com uma extensão que acompanha a própria humanidade (Martins, 2002). Existem relatos destas práticas desde a Antiguidade (Gallardo, 1994), não sendo exclusivas de uma determinada cultura, nem se podendo localizar numa área geográfica do nosso planeta. No entanto, e de acordo com Martins (2002), só nos últimos 150 anos é que os maus tratos passaram a ser entendidos como um problema social, possibilitando assim uma intervenção a este nível.

Presentemente são tão inquietantes os níveis e a incidência dos maus tratos infantis, que é totalmente compreensível a atenção que recai sobre estes actos, tanto a nível clínico como de investigação. Têm sido realizadas nos últimos anos, inúmeras investigações nesta área (Calheiros e Sá, 1995).

A actual noção de maus tratos surge por volta dos anos 60, tornando-se objecto de estudo, de interesse público e profissional, apenas mais recentemente, quando se passou a dar mais atenção à criança, ao seu desenvolvimento e ao papel que a família desempenha na psicopatologia infantil (Calheiros e Sá, 1995; Gallardo, 1994).

Como afirma Vilaverde (2000), ao contrário do que se passava na nossa antiguidade, hoje em dia, finalmente, depois de tantas “batalhas” travadas, já se consideram os maus tratos infantis um problema grave, que vitimiza seres indefesos. Adquiriram finalmente a importância merecida, sendo importante combatê-los.

### **2.1 – Ensaio sobre a definição de maus tratos**

Foi no século XIX que assomaram as primeiras denúncias de violência sobre as crianças, realizadas por médicos que começaram a observar crianças que apresentavam lesões não coincidentes com as justificações dos pais (Magalhães, 2002; Vilaverde, 2000). Estavam assim lançadas as bases do conceito de mau trato (Gallardo, 1994). Surge a hipótese de traumatismos de origem desconhecida serem provocados pelos progenitores, sendo as lesões, de acordo com vários autores, melhoradas com a separação da criança do seu núcleo familiar e prevendo a necessidade de intervenção multidisciplinar (Azevedo e Maia, 2006; Cicchetti e Carlson, 1997; Gallardo, 1994; Magalhães, 2002; Vilaverde, 2000). Segundo Gallardo (1994), H. Kempe impulsiona assim, o aparecimento da primeira definição de maus tratos infantis.

Mas os contributos para a elaboração de uma definição de maus tratos, não ficaram por aqui. Segundo Magalhães (2002) e Vilaverde (2000), Fontana introduz o conceito de “*Criança Maltratada*”, constituindo um conceito mais amplo do que o seu antecedente, isto porque inclui todo o tipo de violência física, emocional e negligência,

sofrida pela criança. Um outro conceito aparece ainda, o de “*Criança Abusada*”, abrangendo os maus tratos físicos, emocionais e o abuso sexual.

A insistência em se conseguir alcançar um conceito, capaz de definir adequadamente os maus tratos infantis, é algo muito importante e não uma questão de “capricho” literário, sendo pertinente uma definição exacta, capaz de dirimir qualquer dúvida e auxiliar em medidas a adoptar. No entanto, o conceito de maus tratos permanece amplo, vago e flutuante, variando os seus limites de cultura para cultura, de época para época, tendo diferentes legislações, técnicos e investigadores (Calheiros e Sá, 1995). Até se conseguir obter um consenso relativamente à definição de maus tratos, o que irá orientar cada pesquisador serão as suas características pessoais como: sensibilidade, concepções educacionais, formação, interesse pessoal ou institucional. Ora, conseqüentemente, podem resultar situações em que as mesmas crianças podem ser consideradas vítimas de maus tratos por uns e por outros não. É necessário por isso, estabelecer um limite entre o que é uma conduta parental adequada e o mau trato (Alonso, Bermejo, Zurita e Simón, 1994).

## **2.2 – A Visão sobre a Problemática em Portugal**

Portugal, à semelhança de tantos outros países, também não ficou indiferente a esta problemática. Para tal, também se empenhou em reunir esforços para criar mecanismos capazes de garantir uma maior protecção às crianças. Com a intenção de alcançar este objectivo, realizaram-se estudos e criaram-se medidas adequadas para as proteger, defender e amparar. No entanto, os estudos mais profundos só surgiram por volta dos anos 80, altura em que foram reconhecidas a nível internacional, as Regras e Convenções sobre os direitos das crianças (Magalhães, 2002).

Em 1986, realizou-se o primeiro grande estudo epidemiológico em Portugal, levado a cabo por Fausto Amaro, no entanto, até 1990 não existia nas revistas científicas portuguesas uma grande divulgação de artigos relacionados com esta temática. O assunto relacionado com o abuso sexual de menores estava um pouco silenciado e só a partir desse ano é que começam a surgir com mais frequência estudos e artigos desta natureza, comprovando a sua existência no nosso país (Fávero, 2003).

Em 1995, de acordo com Calheiros e Sá (1995), as investigações acerca desta problemática eram ainda escassas a nível nacional, apesar de constituírem um fenómeno psicossocial relevante, perceptível através de dados recolhidos em inquéritos ou em casos que chegavam às várias instituições da Segurança Social, Serviços de Saúde e Justiça. Segundo Fávero (2003), foi só em 1996 que a questão dos abusos sexuais ganhou estatuto de interesse público em Portugal, após ter sido descoberta uma rede de pedofilia na Bélgica. A partir daí realizaram-se eventos científicos, colóquios e investigações, originando uma revisão ao código penal. Em 1999, foi criada a Lei de Protecção de Crianças e Jovens em Perigo, que abrangeu novas formas de protecção destas crianças, substituindo para tal as Comissões de Protecção de Menores pelas Comissões de Protecção de Crianças e Jovens em Perigo (Magalhães, 2002).

### **2.3 – Etiologia dos Maus Tratos**

O estabelecimento da etiologia dos maus tratos não é uma tarefa que se possa realizar facilmente. São diversos os factores que concorrem para o aparecimento de tais comportamentos, para além da relação de interacção que surge entre eles (Arruabarrena e Paúl, 1997). Ao reflectirmos sobre esta problemática e após uma apurada recolha de informação acerca da mesma, facilmente nos apercebemos que na verdade existe um

conjunto de factores que se conjugam entre si, dificultando o alcançar de uma etiologia correcta. Estes factores podem ser individuais, familiares, sociais e culturais.

De acordo com Ammerman (1990, citado por Calheiros e Sá, 1995), é importante compreender as causas dos maus tratos, possibilitando assim uma actuação mais adequada. A investigação etiológica tem-se revelado pertinente para diferentes profissionais, entre os quais os psicólogos, uma vez que o conhecimento das causas proporciona uma maior possibilidade de compreender o processo educativo parental, o desenvolvimento de psicopatologia infantil, métodos de predição, prevenção e intervenção, juntos das crianças, famílias e comunidade, bem como políticas de intervenção social (Calheiros e Sá, 1995). Segundo Azevedo e Maia (2006), para que um programa de prevenção ou intervenção possa ter êxito, é necessário previamente realizar-se uma investigação profunda aos factores ou condicionalismos que o possam originar, pois só actuando sobre as causas se poderá conseguir eliminar ou diminuir os efeitos da problemática.

Surgiram recentemente modelos teóricos que vão de encontro ao que se acabou de dizer. São modelos como o: psicológico ou psiquiátrico, sociológico, centrado na criança e ecológico transaccional, que tentam explicar a etiologia deste fenómeno (Calheiros e Sá, 1995; Vilaverde, 2000).

### **2.3.1 – Modelo Psicológico ou Psiquiátrico**

Este modelo focaliza-se nas características individuais dos pais, considerando que o adulto maltratante tem graves perturbações mentais ou patológicas, que explicam o seu comportamento abusivo (Azevedo e Maia, 2006; Roig e Ochotorena, 1993). Os maus tratos estão assim relacionados com transtornos psíquicos ou seja, as crianças vítimas desta problemática inserem-se em famílias com perturbações mentais,

personalidade psicótica e conseqüentemente, desajustadas emocionalmente (Vilaverde, 2000).

No entanto, o facto de se verificarem vários casos de maus tratos infantis sem existir qualquer alteração psicopatológica por parte dos pais, pôs em causa esta teoria (Roig e Ochotorena, 1993). Aliás, de acordo com vários entendidos na matéria, a doença mental é muito menos vulgar do que o que se pensa (Gallardo, 1994), não sendo estes agressores necessariamente doentes psiquiátricos (Fávero, 2003).

Hoje em dia continuam-se a estudar as características psicológicas dos pais maltratantes, mas já não para imputar toda a responsabilidade desse comportamento a tais características, mas sim para se fazer uma análise da sua interacção com outros factores. Assim, os estudos experimentais efectuados acerca das características dos pais abusivos debruçaram-se principalmente em determinadas áreas de investigação como: ***personalidade dos progenitores, alcoolismo e toxicoddependência, transmissão transgeracional dos maus tratos e práticas educativas parentais.***

***Personalidade dos progenitores:*** possibilita o aparecimento dos maus tratos. Assim, características como a baixa auto-estima, infelicidade, sentimento de incapacidade perante as tarefas do dia-a-dia, irritabilidade, ansiedade, depressão, aparecem constantemente relacionadas com os maus tratos infantis. A *reactividade negativa*, perante as necessidades e comportamento da criança, e o *estilo parental de baixo controlo percebido*, no que concerne ao género de competências perante a conduta dos filhos, têm ganho cada vez mais importância como papel mediador (Azevedo e Maia, 2006; Vilaverde, 2000).

***Alcoolismo e toxicoddependência:*** podem funcionar como potenciadores dos maus tratos infantis, uma vez que geram comportamentos impulsivos (Azevedo e Maia, 2006). Tem sido provado através de várias investigações que existe uma conexão entre

alcoolismo/toxicod dependência e maus tratos (Vilaverde, 2000). Relativamente a Portugal, as investigações nesta área são ainda escassas, no entanto, de acordo com Botelho (2000, citado por Azevedo e Maia, 2006), baseado em dados do Instituto de Medicina Legal do Porto, 34,6 % dos abusos sexuais a menores são efectuados por pessoas com tendências alcoólicas. Um outro estudo, realizado por Galvão, Ângelo e Alexandrino (1998), refere que 34% das crianças maltratadas que dão entrada no Hospital Maria Pia são filhas de pais alcoólicos e 27% de pais toxicod dependentes. Finalmente, um relatório nacional sobre os maus tratos infantis, comprova também a presença de 32% de alcoolismo e 28% de toxicod dependência em 50% dos casos (Almeida, André e Almeida, 1999).

***Transmissão Transgeracional:*** refere-se à transmissão dos maus tratos infantis de geração em geração. Na verdade, muitos pais maltratantes foram também vítimas, tendo como única estratégia educacional aprendida o castigo (Arruabarena *et al.*, 1994; Gallardo, 1994). Contudo, tem-se vindo a questionar esta realidade, não havendo uma aceitação generalizada desta teoria (Azevedo e Maia, 2006) devido ao facto de existir uma grande disparidade nos resultados das investigações. Powell, Cheng e Egeland (1995) referem que, independentemente da percentagem, a relação entre maus tratos e transmissão transgeracional não pode ser ignorada. Ainda que não haja consenso, não nos podemos esquecer que a educação dos pais influencia os estilos parentais e as práticas educativas, quer de uma forma positiva, quer negativa (Vilaverde, 2000).

***Práticas educativas parentais:*** o castigo físico e a violência emocional são utilizados muitas vezes como uma metodologia educativa, provocando angústia e insegurança nas crianças. Este tipo de pais pouco apoiam os filhos, além de não mostrarem afecto ou empatia, incrementando dessa forma condutas negativas ou aversivas por parte das crianças que passam a demonstrar uma auto-estima muito débil e

falta de confiança nelas próprias (Vilaverde, 2000). O desprezo e a indiferença dos pais causam muitas vezes mais danos psicológicos do que o castigo físico (Gallardo, 1994; Sebastião, 1998).

### **2.3.2 - Modelo Sociológico**

Segundo este modelo, as condições sociais que prejudicam as famílias são responsáveis pelo desencadear dos maus tratos (Vilaverde, 2000), principalmente os factores socioeconómicos e socioculturais, a influência do stress social, aspectos do meio cultural e a dinâmica da família (Azevedo e Maia, 2006). Conforme refere Almeida *et al.* (1999), na maior parte dos casos de maus tratos, existe um laço forte com a criança, sendo que 41% das crianças maltratadas vive em famílias nucleares, 25% em famílias monoparentais e 15% em famílias recompostas. No entanto, estes condicionalismos vão-se acumulando até colocarem as famílias em situações de stress, culminando muitas vezes em maus tratos que recaem sobre as crianças.

O modelo sociológico enfatiza principalmente três factores, existentes na ocorrência dos maus tratos: o *stress familiar*, o *isolamento social* e o *contexto sociocultural*.

*Stress Familiar*: o stress causado por problemas socioeconómicos é frequentemente associado aos maus tratos infantis. No entanto, de acordo com Knutsen (1995), existem crianças pobres que não sofrem maus tratos ou seja, o mau trato surge quando para além da miséria existem distúrbios sociais e emocionais. Tal como refere Almeida *et al.* (1999), as famílias monoparentais principalmente constituídas por mães (25%), são também fonte de stress. 90% destas são solteiras, agravando o nível económico, fazendo-as sentirem-se rejeitadas pelo companheiro, família e pela própria sociedade. Outros factores de stress são os divórcios e separações que colocam muitas

vezes os filhos como bodes expiatórios do mau estar emocional dos pais (Vilaverde, 2000).

**Isolamento Social:** esta situação faz com que haja uma falta de apoio, um empobrecimento das interações sociais e uma maior vulnerabilidade, tornando as famílias mais susceptíveis de maltratar os filhos (Vilaverde, 2000).

**Contexto sociocultural:** de acordo com Almeida *et al.* (1999), o grau de instrução destes pais é muito baixo, sendo que, 19% são analfabetos, 37% apenas concluiu o ensino primário e só 8% fez mais de quatro anos de escolaridade. Além disso, as profissões predominantes são pouco qualificadas, mal remuneradas e precárias, existindo ainda 33% de indivíduos inactivos. O maior problema que se impõe é que muitas vezes estes maus tratos persistem com o conhecimento da sociedade, devido aos princípios e valores que o próprio contexto cultural defende e propaga (Vilaverde, 2000).

### **2.3.3 – Modelo Centrado na Criança**

De acordo com este modelo, as crianças vítimas de maus tratos apresentam certas características (desobediência, choro constante, birras, etc.) que as colocam numa posição de risco mais elevado. No entanto, como a maior parte dos estudos empíricos são retrospectivos, é complicado determinar se um comportamento infantil é a causa ou consequência dos maus tratos (Azevedo e Maia, 2006). Estes factores de risco são: ***idade, estado e aspecto físico e comportamento da criança.***

**Idade da criança:** o maior risco encontra-se nas crianças mais novas, uma vez que estas dependem dos pais (Azevedo e Maia, 2006), não têm capacidades cognitivas para se aperceberem do estado psicológico destes e para regularem as suas emoções, o que perante pais indisponíveis, as pode colocar numa situação sujeita a maus tratos

(Galvão *et al.*, 1998). Tem que haver uma maior disponibilidade por parte dos pais, mais gastos e trabalhos, o que pode desencadear uma conduta frustrante ou agressiva por parte destes (Vilaverde, 2000). Galvão *et al.* (1998) e Gamboa (1997), consideram que a faixa etária que corresponde ao 1º ciclo do Ensino Básico (6 a 10/12 anos) também é vulnerável, uma vez que corresponde ao processo de socialização e escolarização, onde habitualmente se verifica uma falha por parte de crianças maltratadas.

***Estado e Aspecto Físico da Criança:*** de acordo com estudos realizados, crianças que tenham problemas relacionados com a saúde física e mental, correm um risco maior de sofrerem maus tratos (Vilaverde, 2000). Segundo Almeida, Guerreiro, Lobo, Torres e Wall (1998), um terço das crianças maltratadas, possuem alguma deficiência, sendo 53% vítimas de clausura, 44% de abuso emocional e 43% de negligência com lesões físicas. Outro factor que pode também ter influência na relação pais-filhos, é o aspecto físico da criança ou seja, se a criança, do ponto de vista da aparência física, corresponder às expectativas e desejos dos progenitores, terão menos probabilidades de sofrerem maus tratos (Azevedo e Maia, 2006).

***Comportamento da Criança:*** segundo Arruabarrena *et al.* (1994), o próprio comportamento da criança pode efectivamente provocar ou manter os maus tratos infantis. No entanto, falta saber se o comportamento origina realmente o mau trato, ou se este comportamento surge devido aos maus tratos.

#### **2.3.4 – Perspectiva Ecológica**

A perspectiva ecológica surgiu por volta dos anos 70, sintetizando as contribuições anteriores ou seja, defende que é essencial ter em conta as características dos pais, da criança e da situação em que vivem, para que seja possível entender os

maus tratos infantis. Todas estas características devem ser estudadas tendo em conta uma dinâmica interactiva (Azevedo e Maia, 2006) Estes modelos recentes são edificados tendo como ponto de partida a integração, o confronto e a articulação de perspectivas teóricas distintas (Calheiros e Sá, 1995).

Esta perspectiva inclui os seguintes modelos teóricos: *modelo ecológico de Belsky* e *modelo transaccional de Cicchetti e Rizley*.

*Modelo Ecológico de Belsky*: de acordo com Belsky (1993), só é possível compreender a etiologia dos maus tratos, através do modelo integrativo. Tendo como referência a teoria de Bronfenbrenner, cria um modelo ecossistémico constituído por diferentes níveis ecológicos interactivos que contribuem para o desenvolvimento dos maus tratos infantis. O indivíduo faz parte de uma série de subsistemas (desde a família até à sociedade em geral) abrangentes, ligados intrinsecamente, sendo todos responsáveis, embora com graus de responsabilidade diferentes, pelas situações de maus tratos (Azevedo e Maia, 2006; Roig e Ochotorena, 1993; Vilaverde, 2000): *desenvolvimento ontogénico (pais e crianças), microssistema (família), exossistema (comunidade) e macrossistema (sociedade)* (Roig e Ochotorena, 1993; Vilaverde, 2000).

*Desenvolvimento Ontogénico*: factores que o maltratante traz para a situação como: experiências enquanto crianças, características psicológicas, saúde mental, percepção e expectativas relacionadas com o desenvolvimento da criança, etc. Apesar de não serem causas necessárias, nem suficientes para os maus tratos, a verdade é que a interacção entre pais e criança é afectada pela história anterior ao abuso (Calheiros e Sá, 1995; Roig e Ochotorena, 1993; Vilaverde, 2000).

*Microssistema*: é o ambiente imediato da criança e da família, incluindo factores promotores de stress ou seja, constituição e natureza da família (número de elementos,

qualidade das relações) e as características da criança (inteligência, temperamento, nível de maturidade, dificuldades, problemas de conduta e questões de saúde) (Calheiros e Sá, 1995; Vilaverde, 2000).

*Exossistema*: é um sistema mais abrangente, ao qual pertence a criança e a família, isto é, a família alargada, comunidade e estrutura económica logo, determinados condicionalismos como: desemprego, más condições económicas, insatisfação laboral, baixa auto-estima, isolamento dos vizinhos ou parentes, podem originar maus tratos. (Azevedo e Maia, 2006; Calheiros e Sá, 1995; Vilaverde, 2000).

*Macrossistema*: são as atitudes, os valores e as representações sociais relativamente à infância. Também influenciam os maus tratos as expectativas e crenças nos métodos disciplinares praticados pela família e pela escola, além do nível de violência existente na sociedade (Azevedo e Maia, 2006; Vilaverde, 2000).

***Modelo Transaccional de Cicchetti e Rizley***: este modelo também defende uma natureza multicausal do tema em estudo, no entanto adiciona duas dimensões que considera relevantes para esta investigação: *factores de risco* e *factores protectores* (Azevedo e Maia, 2006; Vilaverde, 2000).

*Factores de Risco*: aumentam a probabilidade de maus tratos (Azevedo e Maia, 2006) e são constituídos pelos aspectos biológicos (características vulneráveis das crianças como doenças crónicas, deficiências, problemas de comportamento pertinentes e patologias dos pais), geracionais (aspectos psicológicos, tanto das crianças como dos pais, tais como personalidade difícil, níveis de tolerância à frustração e temperamento) e ecológicos (ocupações dos pais, relações com os vizinhos, sistemas sociais de apoio e valores culturais veiculados pela sociedade) (Vilaverde, 2000).

*Factores Protectores*: actuam como “amortizadores”, pois moderam o stress dos pais e conseqüentemente diminuem a ocorrência dos maus tratos (estabilidade na

situação conjugal, adequados suportes familiares, bom relacionamento com os vizinhos, êxito e estabilidade na actividade profissional, aceitação social e redes de apoio social). A ocorrência dos maus tratos acontece, se os factores potenciadores ultrapassarem os factores compensadores. Relativamente à transmissão transgeracional dos maus tratos, os factores de risco fazem com que a vulnerabilidade para potenciar os maus tratos aumente, o que provoca uma diminuição nos factores protectores (Azevedo e Maia, 2006; Vilaverde, 2000).

***Modelo Transitivo de Wolfe:*** considera que a violência exercida sobre as crianças têm níveis ascendentes de punição que os pais empregam na resolução de conflitos com os filhos. Existem *três estádios* que permitem analisar os factores que podem fazer com que a probabilidade dos pais maltratarem os filhos, progrida (Calheiros e Sá, 1995; Vilaverde, 2000).

***Redução da Tolerância ao Stress e Desinibição da Agressão por parte dos pais maltratantes:*** a possibilidade de ocorrerem maus tratos aumenta se, a este facto, se adicionarem as adversidades da vida, deficiente preparação para o desempenho das funções paternas e níveis de controlo diminutos. No entanto, a existência de factores protectores permitem que nem todos os pais que se encontram nesta situação agriam os filhos (Calheiros e Sá, 1995; Vilaverde, 2000).

***Baixo Índice de Controlo em Situações de Crise Aguda e em Situações de Provocação da Agressão:*** muitas vezes os progenitores sentem-se incapazes para lidar com crianças mais novas logo, se for problemático o comportamento da criança e os pais entenderem essa atitude como ameaçadora, a frustração irá aumentar podendo causar maus tratos (Calheiros e Sá, 1995; Vilaverde, 2000).

***Padrões Habituais de Ansiedade e Agressão entre Membros da Família:*** a punição física das crianças e a educação baseada na violência passa a ser um hábito para

todos os membros da família. A criança começa a piorar a sua conduta, uma vez que se começa a habituar a ser castigada fisicamente e às estratégias punitivas (Calheiros e Sá, 1995; Vilaverde, 2000).

### **3 – As Várias Vertentes dos Maus Tratos**

Actualmente a vida familiar segue um caminho cada vez mais privado, encerrando no seu seio problemas. A ideia de que a família é responsável pelos filhos devendo protegê-los relativamente à comunidade envolvente, deixa muitas vezes cair em exageros criando a noção de que os pais detêm propriedade exclusiva sobre a criança. É a privacidade da vida familiar que pode constituir um obstáculo metodológico para realizar uma investigação aos abusos perpetrados às crianças (Vilaverde, 2000). Esta é uma questão que se mantém ambígua e polémica, uma vez que não estão claramente definidas quais as circunstâncias e os comportamentos parentais que indiquem a necessidade de interferir na vida familiar privada (Ochotorena, 1996a, citado por Martins, 2002). O facto de muitos dos casos de violência infantil ocorrerem em meio familiar, dificulta a determinação de incidência destes, uma vez que se tornam de difícil visibilidade, pelos motivos enunciados anteriormente (Magalhães, 2002).

De acordo com Wolfe *et al.* (1997, citado por Sani, 1999), a violência define-se como qualquer tentativa de controlo e domínio sobre outra pessoa. Assim sendo, não se refere apenas a actos físicos, mas abarca também outros tipos de violência. Relativamente às crianças, a violência torna-se particularmente pesada, na medida em que estas têm menos recursos para resistir e conseguir escapar (Sani, 1999).

Os maus-tratos infligidos pelos progenitores aos seus filhos, normalmente surgem num contexto onde existem outros problemas familiares: pobreza, stress, alcoolismo, comportamento anti-social (Papalia *et al.*, 2001). No entanto, a maior parte

surge em todos os grupos sociais (Magalhães, 2002), apesar de não afectarem todas as crianças da mesma forma. Associado às classes mais pobres surge o mau trato físico e o trabalho abusivo dentro e fora de casa, enquanto que associado às classes mais privilegiadas, aparecem os maus tratos psicológicos, a manipulação emocional, a negligência e abandono em relação aos afectos (Vilaverde, 2000).

Antes de se passar à explanação de cada uma das várias formas que os maus tratos podem tomar, é importante referir que todas elas, de acordo com Cicchetti e Carlson (1997), causam danos emocionais que se podem prolongar para toda a vida.

### **3.1 – Maus Tratos Físicos**

Este é o tipo de maus tratos mais conhecido (Azevedo e Maia, 2006; Roig e Ochotorena, 1993), correspondendo a acções não acidentais exercidas por parte de um adulto, que provoquem dano físico ou doença na criança, ou a coloquem em risco de vir a padecer delas (Palacios, Moreno e Jiménez, 1995; Arruabarrena, Paúl e Torres, 1994). Ou seja, abarca todas as formas de violência física, exercida de forma intencional (Casas, 1998), acarretando lesões físicas, doenças ou até intoxicações (Roig e Ochotorena, 1993). A este propósito Magalhães (2002) refere que “o dano resultante pode traduzir-se em lesões físicas de natureza traumática, doença, sufocação, intoxicação ou síndrome de Munchausen por procuração” (p. 34). Este tipo de síndrome é considerado como uma forma de abuso físico (Wiehe, 1996), no qual os pais inventam ou fazem com que a criança apresente sintomas, que são provocados por eles próprios (Kolko, 1996 citado por Martins, 2002).

O mau trato físico não deixa sempre lesões externas (Vilaverde, 2000). Assim, nos últimos anos passou a considerar-se as evidências físicas como um critério adicional (Casas, 1998), quando não existam dúvidas de que a criança é vítima de violência.

Ainda segundo Casas (1998), os maus tratos físicos também produzem sequelas psicológicas, que muitas vezes apenas se revelam mais tarde. Um exemplo, segundo Alarcão (2000), é o nível cognitivo e escolar, uma vez que é fortemente influenciado pelos maus tratos, principalmente em casos de abandono ou abuso físico.

### **3.2 – Abuso Sexual**

Segundo Arruabarrena *et al.* (1994), o abuso sexual de menores é todo o tipo de contacto sexual com uma criança ou adolescente menor de 18 anos, exercido por um adulto que se encontra numa posição de autoridade ou poder. Este abuso verifica-se quando uma criança é forçada a ter um contacto sexual ou estimulação erótica com alguém significativamente mais velho, encontrando-se o “abusado” numa situação de dependência perante o “abusador”. De acordo com Roig e Ochotorena (1993), a criança participa em actividades sexuais sem o compreender, devido ao seu nível de desenvolvimento. Além disso, a maior parte das vezes conhece o agressor e confia nele, já que é alguém próximo, que exerce alguma autoridade. Quando se apercebem que algo de errado se passa e que aqueles actos as agridem tanto física como psicologicamente, passam a ter medo, vergonha e até muitas vezes um sentimento de culpa.

Estes actos podem ocorrer dentro ou fora do meio familiar, sendo mais frequente acontecerem no seu seio, podem verificar-se ocasionalmente ou de forma repetida (Magalhães, 2002) e de acordo com Palácios, Moreno e Jiménez (1995), basta um episódio para que seja determinado como abuso sexual. O agressor normalmente é do sexo masculino e adulto no entanto, apesar de em número menor, também existem agressores do sexo feminino, além de menores que abusam de outros menores (Fávero, 2003).

Normalmente a criança abusada tem medo de revelar o abuso, tanto pela vergonha que sente, como pelas ameaças que o agressor faz à própria criança e às figuras que esta admira e tenta proteger a todo o custo (pais, irmãos, etc.). Existe também um carácter culpabilizador, demonstrando-lhe que a revelação apenas lhe trará dissabores, uma vez que a culpa é sua e que a vergonha que sentirá será imensa. Apesar desta revelação espontânea ser bastante improvável, existem determinados factores que muitas vezes demonstram que algo de errado se passa. De acordo com Palácios, Moreno e Jiménez (1995), a criança pode apresentar sinais fisiológicos, físicos e/ou comportamentais.

### **3.3 – Negligência**

Ao contrário de outros tipos de maus tratos que são exercidos de forma activa, a negligência é praticada de forma passiva. Uma criança quando nasce precisa de determinados cuidados contínuos ao longo da infância, para que as necessidades básicas sejam satisfeitas, podendo evoluir de forma saudável e promissora. Segundo Bowlby (1981), é extremamente importante para o desenvolvimento saudável de uma criança, os cuidados prestados pelos seus progenitores, nos primeiros anos de vida. A criança precisa de alguém que lhe satisfaça as necessidades imediatas, proporcionando-lhe um ambiente que ajude a desenvolver as suas capacidades físicas, mentais e sociais, para que em adulto consiga lidar adequadamente com o seu meio físico e social. Com a negligência isto não acontece, existindo uma omissão frequente nos cuidados a ter com a criança, não sendo satisfeitas as necessidades básicas (higiene, alimentação, segurança, educação, saúde, afecto, estimulação e apoio), de acordo com os recursos disponíveis da família ou cuidadores (Casas, 1998; Magalhães, 2002). De acordo com Palácios, Moreno e Jiménez (1995), o não atendimento a acidentes e necessidades da

criança, constituem indicadores deste tipo de maus tratos, e por norma são empregues de forma reiterada.

Muitas vezes a negligência é associada a situações de pobreza no entanto, o facto de uma família viver com condições diminutas, não significa que os seus filhos irão ser negligenciados. Tal como refere Gallardo (1994), não basta haver uma situação de carência económica para existir negligência. Este mau trato surge quando há uma rejeição a nível afectivo e emocional, que conduz a um não aproveitamento dos recursos à disposição na comunidade, colocando em perigo o crescimento e a saúde dos menores.

Segundo Vilaverde (2002), a taxa de crianças negligenciadas é muito alta, uma vez que, em geral, todas as crianças que sofrem de maus tratos, são negligenciadas. Assim, como a incidência de maus tratos é elevada, conclui-se que também é a da negligência, duas formas de abuso de poder que infelizmente se complementam.

De acordo com Gonçalves (2005), além da negligência física, existe também a psicológica, que se verifica quando os pais não demonstram dimensões emocionais básicas, como segurança afectiva e vinculação. Não existe interacção com as crianças, não sendo satisfeitas as necessidades basilares - as afectivas - provocando, de acordo com Arrubarrena e Paúl (1997), baixa auto-estima, sentimentos de inutilidade, comportamentos disruptivos, perfeccionismo, stress, perda da noção das suas próprias necessidades e capacidades, que se vão prolongar pelo resto da vida.

### **3.4 – Maus Tratos Psicológicos/Emocionais**

Normalmente ocorrem em conjunto com outros tipos de maus tratos, colocando a criança numa situação fragilizada, com uma auto-estima bastante diminuta, e insegurança que se repercute em todas as áreas da sua vida. Os maus tratos psicológicos produzem consequências mais graves que os maus tratos físicos. Traduzem-se

frequentemente em agressões verbais crônicas, como insultos verbais, desprezo, crítica, ameaça de abandono, bloqueio da iniciativa da criança em interagir ou aproximar-se do adulto cuidador, encerramento em espaços escuros ou exíguos (Arruabarrena *et al.*, 1994), humilhação, rejeição, culpabilização, envolvimento em situações de violência doméstica extrema e/ou repetida, etc. (Magalhães, 2002). São normalmente praticadas por sujeitos isolados ou grupos que se encontram numa posição de poder, relativamente à criança vulnerável (Hart, Brassard e Karlson, 1996 citados por Martins, 2002).

De acordo com Papalia *et al.* (2001), traduz-se numa acção não física, que pode ser verbal ou não, podendo originar malefícios na criança, a nível comportamental, cognitivo, emocional ou físico. As consequências negativas são muitas e variadas, tendo eco no futuro da criança, uma vez que as sequelas emocionais só se manifestam mais tarde, quando a situação já é crónica e o transtorno socioemocional é enorme e evidente (Almeida *et al.*, 1998).

Como podemos verificar, o abuso emocional é um acto intencional em que o apoio afectivo e o reconhecimento das necessidades emocionais ou estão ausentes, ou são inadequadas, de forma persistente ou significativa, activa ou passiva (Magalhães, 2002). Não é exclusivo de nenhum estrato social em especial, no entanto ocorrem com mais frequência em classes mais altas, sendo sempre difíceis de detectar (Almeida *et al.* 1998).

Segundo Iwaniec (1995), os maus tratos psicológicos ou emocionais são o tipo de maus tratos que cria mais dificuldades aos profissionais. A sua confirmação é delicada, devido à ausência de evidências físicas e à incapacidade que as crianças têm em se manifestarem e em terem consciência da ocorrência de tais actos (Erickson e Egeland, 1996 citados por Martins, 2002). Assim, a constatação da existência de maus tratos psicológicos ou emocionais requer a intervenção de alguém especializado (Hart,

Brassard e Karlson, 1996 citados por Martins, 2002), além de ser imprescindível que os comportamentos sejam observáveis, reiterados e contínuos (Ochotorena, 1996a, citado por Martins, 2002; Arruabarrena e Paul, 1997).

### **3.5 – Abandono**

Diariamente chegam até nós notícias de crianças abandonadas, existindo por todo o mundo números altíssimos de abandono infantil. O abandono pode durar algum tempo ou ser para sempre isto é, pode ser feito com a intenção de ser algo temporário (não há uma ruptura definitiva com os pais e a criança é deixada em casa por tempo indeterminado, ou noutros locais como ama, escola, hospital, etc.) ou definitivo (desligar total da criança, por parte dos pais ou responsáveis, na maternidade, na rua, igrejas, instituições, etc.) (Vilaverde, 2000). Segundo Gallardo (1994), estes pais deixam os filhos em orfanatos ou instituições protegidas pelo Tribunal de Menores, ou no primeiro sítio que encontram, chegando ainda a vendê-los, ou a darem-nos. Muitas destas crianças, apesar de inseridas em instituições, não têm oportunidade de conhecer outra família, porque apesar dos pais não se preocuparem com elas, não consentem quando se tenta desencadear o processo de adopção (Vilaverde, 2000).

Foi realizado um estudo por Pareja (1984, citado por Vilaverde, 2000), constituído por cem crianças institucionalizadas que teve como objectivo pesquisar as razões que conduzem a um abandono dos filhos por parte dos pais. Concluiu-se que a maior parte das causas se prendiam com a ausência de um dos cônjuges por diversas razões (prisão, morte, abandono do lar, mãe solteira, etc.); doença física, mental ou emocional dos pais; alcoolismo, drogas, prostituição, crimes, abusos sexuais, etc.; recursos económicos diminutos e falta de apoio emocional.

## **Capítulo 2 – A Institucionalização**

### **1 – O Recurso à Institucionalização**

Após termos dedicado a primeira parte deste trabalho aos maus tratos, é importante referirmo-nos agora à institucionalização, uma vez que esta medida impera na resolução destes casos.

De acordo com a realidade que tem vindo a ser descrita ao longo deste trabalho, os maus tratos infligidos às crianças ocorrem frequentemente na nossa sociedade, sendo imprescindível reunir cada vez mais esforços, no sentido de as proteger. Como refere Vilaverde (2000), é necessário e urgente colocar em funcionamento serviços aptos a intervir a tempo e de forma eficaz neste tipo de problemas, que recaem sobre crianças de hoje e que cria graves consequências nos homens de amanhã. A este propósito, Strecht (1999) menciona que hoje em dia está a aumentar a delinquência infantil, a criminalidade juvenil, os comportamentos disruptivos nas salas de aula, o absentismo e o abandono escolar, a mendicidade e a vadiagem, a prostituição adolescente, o consumo de tabaco, álcool e drogas entre os adolescentes, etc. Por isto se comprova que mais do que nunca, é necessário intervir.

Gallardo (1994) afirma que é fundamental divulgar esta problemática, explicando as características predominantes, com o intuito de fazer ver à sociedade em geral que este problema afecta milhares de crianças, sendo necessário consciencializar as pessoas e ensiná-las a reconhecer estes casos, atempadamente. A maior parte das vezes estas crianças não conseguem expressar o seu sofrimento por isso, é necessário que alguém interceda por elas, seja capaz de lhes dar voz e possibilite a sua protecção e desenvolvimento saudável. Quando estes casos são detectados, refere Gallardo (1994), deve ser feita imediatamente a denúncia às instâncias com competência para tal, como a

Polícia, os Serviços Sociais, Comissão de Protecção de Menores, Instituições de Apoio à Criança, etc.

É importante proporcionar às crianças a oportunidade de crescerem num ambiente favorável, adequado ao desenvolvimento de relações interpessoais saudáveis. Só assim se consegue que a criança tenha boas referências, assentes naquilo que está habituada a ver, proporcionando um modelo positivo para as suas relações presentes e futuras. No entanto, de acordo com Calheiros e Sá (1995), são diminutas as respostas institucionais e comunitárias com a possibilidade de intervir junto de crianças maltratadas, sendo a maior parte das vezes detectados estes casos apenas nos hospitais ou Tribunal de Menores. Esta instância, quando chamada a intervir, desempenha um papel fundamental.

Segundo Vilaverde (2000), o primeiro passo a ser dado perante um caso de maus tratos infantis, deve ser a criação de um projecto de vida para a criança abusada. O objectivo primordial do trabalho com a criança maltratada é o de reabilitar as famílias de risco em tempo útil, para que se tente evitar ao máximo a sua retirada do meio familiar. Assim, todas as soluções possíveis que pareçam mais favoráveis à criança devem ser ponderadas. Todavia, Strecht (1998) refere que estas crianças geralmente se inserem em famílias que não aceitam ajudas exteriores ou então que as recebem com sentimentos patológicos, persecutórios ou projectivos, dificultando qualquer tipo de ajuda prestada para evitar a institucionalização. Esta medida deverá ser a última a ser adoptada, pois é muito difícil para as crianças viver esta situação. Porém, muitas vezes funciona como um mal menor e, se nenhuma dessas soluções for adequada, a criança deverá mesmo ser encaminhada para uma instituição ou centro de acolhimento (Vilaverde, 2000). Nestas fases, as crianças já se encontram numa situação considerada de alto risco, existindo apenas uma única possibilidade de solucionar estes casos ou

seja, a separação da criança em relação ao seu meio familiar e natural, sendo conseqüentemente colocada numa instituição (Calheiros e Sá, 1995). De acordo com Leandro (2005), só perante a impossibilidade de concretizar o direito fundamental da criança, de crescer no seio de uma família em que é amada e protegida, poderá justificar a institucionalização. A institucionalização é a mais grave de todas as medidas e por isso deve ser evitada sempre que seja possível, sempre que não haja mais nenhuma solução possível para proteger uma criança que é maltratada no próprio núcleo familiar.

A via que mais se deseja atingir é o do regresso da criança à família, uma vez que o seio familiar é o lugar mais apropriado para que uma criança se desenvolva saudavelmente. Vital, Viegas e Laia (1995), referem que se visa sempre a reintegração, tentando restabelecer a ligação com a família natural. Após uma análise acurada das circunstâncias, Vilaverde (2000) menciona que se estiverem reunidas as condições necessárias, com o mínimo de qualidade e segurança, existe esta possibilidade. Contudo, não nos podemos esquecer que após ter sido devolvida à família, os maus tratos exercidos sobre as crianças podem persistir, sendo que todos os implicados nessa situação serão coniventes se não estiverem permanentemente alerta e não exercerem a sua protecção devida.

Segundo Leandro (2005), a institucionalização de crianças continua assim a ser necessária, sendo legítima quando se revestir de qualidade, regendo-se pelo respeito e promoção dos direitos da criança, uma vez que este é um dever ao qual as instituições devem respeito.

Mas, qual será o seu verdadeiro impacto para as crianças?

## **2 – Impacto da Vida Institucional**

De acordo com Martins (2006), é muito difícil e complicado determinar ao certo qual o impacto real e efectivo que a institucionalização comporta. Tendo em conta o interesse da criança, poder-se-á dizer que a institucionalização é uma “faca de dois gumes” ou seja, quando é considerada como a melhor solução, pretende-se com isso proteger o menor, retirá-lo de um mundo hostil que não lhe oferece as condições apropriadas para que se desenvolva adequadamente, tentando diminuir o seu sofrimento. No entanto, também a criança acaba por sofrer quando tem que passar pela efectivação desta decisão.

Para iniciar este segundo capítulo, começaremos por falar dos aspectos positivos que a institucionalização pode oferecer, demonstrando em seguida as consequências negativas que poderá eventualmente provocar.

### **2.1 – Consequências Positivas**

De acordo com Martins (2002), a colocação de uma criança numa instituição não deve ser somente vista pelos seus aspectos negativos. Deve ser entendida não apenas como uma falha ao nível do contexto parental, mas como uma oportunidade de ganhos efectivos, tanto para a criança, como para a família.

Segundo Zurita e Fernández del Valle (1996, citado por Martins,2006) e Martins (2002), a institucionalização apresenta um conjunto de vantagens que a diferencia de outros cuidados substitutivos. Desde logo, a criança tem a oportunidade de viver sem estar sujeita a tantas rupturas e adaptações mal sucedidas, pois no caso de pais disfuncionais a sua vida poderia nunca ser estável, tanto a nível ambiental, como de pessoas a entrar e a sair de sua vida. Além disso, devido à sua própria organização e relação que institui, não expõe a criança ao estabelecimento de vínculos afectivos com

adultos estranhos, que poderão ser vistos pelos menores como uma situação que compromete a sua fidelidade à família de origem. Também as relações com a família biológica podem sair beneficiadas com esta medida. O tipo de relações que são instituídas no acolhimento institucional facilita o contacto com a família biológica, uma vez que não proíbe a sua visita, antes pelo contrário promove e ao mesmo tempo faz o controle destas relações. A nível educacional e comportamental, as instituições são mais estruturadas e organizadas, contendo limites claramente definidos para os comportamentos. Tal como a nível da saúde onde terão ao seu dispor serviços especializados, para a realização de determinadas intervenções terapêuticas. Por fim, dando entrada numa instituição a criança passa a viver em grupo, o que pode facultar determinados benefícios: estabelecimento de laços entre diferentes pares e adultos; desenvolvimento de sentimentos de pertença e cooperação relativamente ao grupo; interiorização de valores e padrões de conduta grupais, permitindo criar situações de ensaio de tomada de decisões em grupo. Significa isto que a experiência da vida em grupo favorece uma identificação com esse grupo de pares, além do desenvolvimento da própria identidade mediante atitudes, papéis e condutas no grupo.

## **2.2 – Consequências Negativas**

No entanto, de acordo com Alberto (2002, citado por Martins, 2006), a institucionalização pode gerar consequências negativas a vários níveis, principalmente devido ao afastamento e abandono das crianças em relação às suas famílias, além da possibilidade de atribuições depreciativas e auto-desvalorização que podem surgir. De facto, a institucionalização provoca um afastamento da família de origem e da comunidade na qual a criança se encontra inserida (Cóias, 1995). Também este factor é muito relevante, pois as crianças além de sentirem o afastamento das suas famílias,

sentem a falta do apoio da comunidade à qual se habituaram. Segundo Fernández, Alvarez e Bravo (2003, citado por Palacios, 2003), as pessoas que na sua infância passaram por instituições tendem a sofrer gravíssimas sequelas.

Mas existem outros factores igualmente relevantes e que devem ser tidos em conta neste tema da institucionalização. Habitualmente nas instituições de acolhimento existe uma discrepância de idades, não sendo devidamente respeitadas as competências cognitivas, psíquicas e sociais ou seja, as medidas educativas dirigem-se a determinadas faixas etárias e são alargadas às outras. Não existe assim muitas vezes, uma concordância entre as características, as necessidades e as fases de desenvolvimento, com as metodologias educativas que a instituição emprega. Se por um lado a convivência entre diferentes idades pode beneficiar a socialização, responsabilização, partilha, amizade, etc., por outro pode facilitar o desenvolvimento de um tratamento inadequado para as diferentes idades, uma vez que os mais velhos podem ser tratados como mais novos e vice-versa (Vilaverde, 2000).

Outro factor existente nas instituições tem a ver com as problemáticas que originam o internamento, uma vez que são muito diversificadas (vão desde comportamentos delinquentes até à simples protecção dos maus tratos praticados pelos progenitores), sendo necessário uma adequação do sistema relativamente aos processos educativos a implementar e ao nível de confronto entre as diferentes histórias de vida (Vilaverde, 2000).

A institucionalização pode ainda exceder-se na regulamentação da vida quotidiana das crianças, invadindo o seu espaço próprio, além de que a vivência em grupo pode interferir na organização da intimidade. Pode também dificultar a construção da autonomia pessoal dos menores, se a sua permanência for prolongada, e

dificultar o desenvolvimento de vínculos e a expressão dos afectos, devido a um excessivo profissionalismo em vez de apoio e amizade (Martins, 2002).

Estas instituições estão continuamente numa situação de sobrelotação, tratando-se os ferimentos mais visíveis, ficando as sintomatologias mais encobertas por resolver, sendo no entanto as mais difíceis de cicatrizar (Strecht, 1998).

Ainda que se tente fazer com que as instituições, funcionem e possuam uma estrutura que se assemelhe com a de uma família, a verdade é que a vivência numa instituição tem tendência a propiciar uma experiência de vida limitada, dificultando no futuro uma reintegração a nível familiar, social e profissional (Vital, Viegas e Laia, 1995). Uma institucionalização prolongada interfere na sociabilidade e na manutenção de vínculos afectivos na vida adulta (Siqueira e Dell`Aglia, 2006). De acordo com Strecht (1999), as condutas comportamentais inadaptadas parecem ser inevitáveis para estas crianças “órfãs de pais vivos”, levando-as muitas vezes a uma vida desestruturada, passando muitas vezes pela rua, sem qualquer objectivo.

Vários estudos realizados concluíram que os adolescentes que permaneceram em instituições ao longo da sua infância apresentam hiperactividade e distração, irritabilidade, problemas de relacionamento com os colegas e dificuldades em acatar a disciplina imposta pelos adultos, problemas sociais, de conduta e emocionais (Tizard e Rees, 1975; Hodges e Tizard, 1989; Roy, Rutter e Pickles, 2000; Vorria, Rutter, Pickles, Wolkind e Hobsbaum, 1998, citado por Palacios, 2003). Ainda de acordo com Palacios (2003), através de um estudo longitudinal realizado em 1995 e 2001, no qual se comparou um grupo de crianças adoptadas, primeiro com um grupo de crianças que viviam com as famílias biológicas, segundo com um grupo de crianças institucionalizadas, concluiu-se que estas apresentavam um perfil claramente problemático, uma acumulação de problemas de conduta, de hiperactividade,

emocionais e condutas prosociais. A sua auto-estima é significativamente pior, assim como a sua motivação e rendimento escolar. Além disso, não só têm mais problemas, como utilizam também estratégias de confronto menos eficazes e saudáveis. Assim, perante determinados problemas, as crianças adoptadas e de famílias biológicas, tendem a usar mais frequentemente estratégias como pedir ajuda ou tentar resolver por si só os problemas, enquanto que as crianças institucionalizadas apresentam frequentemente estratégias de evitamento.

O estudo de Palacios (2003) permite ainda concluir que a gravidade e persistência das influências depende de um conjunto de factores, entre os quais a qualidade de vida antes de entrar na instituição, a qualidade das experiências institucionais, a idade de ingresso e de saída, e a duração da institucionalização. Quanto maior a adversidade em cada um destes critérios, mais negativa será a influência a longo prazo, sobre a vida dos institucionalizados. É importante referir que passar por uma instituição não condena inevitável e irreversivelmente a desgraça psicológica e vital, mas gera um risco maior de problemas.

Por isso, é importante que se reúnam esforços para que as instituições funcionem da melhor maneira possível, permitindo o acolhimento destas crianças, minimizando o sofrimento que carregam quando aí chegam. Devem-se preocupar em aproximar-se o mais que possam de uma vida familiar, uma vez que as crianças necessitam de se sentir seguras para que se desenvolvam adequadamente e se habituem à nova realidade.

No entanto, mesmo que se façam esses esforços, sabemos que os episódios negativos sempre ocorrerão. Só no futuro se saberá se as medidas adoptadas foram as mais indicadas ou não e se a institucionalização foi o caminho certo. Se o indivíduo adulto se inserir na sociedade como cidadão de plenos direitos e deveres, é porque a institucionalização valeu a pena. Se ao invés, este nunca aceitar o seu afastamento da

família, prevalecerá a revolta e mais tarde poderá mesmo enveredar pelo caminho errado, sem nada servir as aquisições feitas na instituição (Vilaverde, 2000).

Depois de termos falado dos maus tratos e da institucionalização, o próximo capítulo dedicar-se-á à clarificação das narrativas e significados, proporcionando assim um maior entendimento relativamente ao tema em desenvolvimento.

### ***Capítulo 3 – Narrativas e Significados***

#### **1 – Teoria Narrativa: uma nova concepção do ser humano**

##### **1.1 – Conceptualização Histórica e Definições de Narrativa**

Durante a época moderna, assistimos ao desenvolvimento da ciência e da psicologia de inspiração positivista, cujas esperanças foram dirigidas no sentido de descobrir respostas para as dúvidas acerca da essência do universo e do homem. Acreditavam que esse objectivo seria cada vez mais alcançado, se se tornasse cada vez mais possível a eliminação da subjectividade humana, cumprindo as exigências de rigor metodológico (Fonte, 2003; Maia, 2001).

Juntamente com este paradigma que visa alcançar a formação de verdades absolutas, foi surgindo uma conceptualização de ciência que vem sendo classificada de pós-empiricista, pós-estrutural, não fundamentada ou pós-moderna, destacando-se pelo confronto aos princípios tradicionais da produção do conhecimento (Fonte, 2003; Gergen, 1994 citado por Maia, 2001).

O surgimento da ciência pós-moderna pode ser considerado como uma etapa que marca a criação de uma nova visão acerca da concepção do ser humano. A teoria narrativa, a par de outros movimentos da psicologia, tem desenvolvido este novo conceito de ser humano (Rosen, 1996 citado por Henriques, 2000). De acordo com Fonte (2003; 2006), esta nova conceptualização permite que o sujeito deixe de ser visto

apenas como um simples processador de informação, passando a considerar-se como um construtor activo de significados. A existência humana é constituída por um processo contínuo, através do qual se constrói o significado (Gonçalves, 1994, citado por Fernandes, 2001). Assim, a realidade só fará sentido após ter sido construída pelo sujeito (Fonte, 2003; Fonte, 2006). A construção narrativa de significados não é estática, estando antes pelo contrário, em contínua transformação. O significado narrativo não é algo interno e permanente, está sim a ser constantemente mudado através da nossa experiência (Fernandes, 2001).

A narrativa tem suscitado um grande interesse entre os mais diversos autores, não se esgotando as tentativas em alcançar uma definição. As várias concepções que assim emergem tanto se diferenciam, como apresentam algumas convergências. Em seguida expomos alguns dos diferentes conceitos acerca das narrativas.

Começemos por Sarbin (1986, citado por Fernandes, 2001), segundo o qual, a narrativa é o princípio que organiza a experiência humana ou seja, organiza episódios, acções e relatos de acções, articula factos reais e de ficção, incorporando o tempo e o espaço. Além disso, a narrativa revela-se muito importante para a compreensão dos acontecimentos e episódios da nossa vida e dos outros. O princípio presente nesta definição, ou seja, o de organizador da experiência humana, também é referenciado por outros autores, quando definem a narrativa. Um autor que ilustra esta ideia é Mishler (1986, citado por Fernandes, 2001), ao definir narrativas como acções coerentes e significativas, que dessa forma ocorrem com um princípio, meio e fim. Também Polkinghorne (1988, citado por Fernandes, 2001) contribui para este conceito, uma vez que compreende a narrativa como organizadora dos acontecimentos da experiência humana numa sequência coerente e numa dimensão com um seguimento temporal.

Segundo Fernandes (2001), a psicologia narrativa na sua intenção de compreender a existência humana, é uma psicologia da significação. A sua preocupação não passa tanto pela entrada, tratamento e devolução da informação, mas principalmente com a produção de informação significativa. Esta criação de significação baseia-se numa visão do sujeito, entendido como uma unidade temporal que faz parte de uma comunidade, onde se verificam inter-relações de natureza linguística e cultural. Os significados das nossas vidas são estruturados pela narrativa, tendo em conta os significados sociais e culturais.

De acordo com Howard (1991, citado por Fonte, 2003), alguns teóricos defendem que todos os pensamentos são narrativos. Já na opinião de Bruner (1986), as narrativas são entendidas por outros autores como uma forma diversa de expressar acontecimentos humanos, com significado.

### **1.2 – Linguagem e Construção de Significados**

De acordo com Gonçalves (1998, citado por Fernandes, 2001), a construção desta variedade de significados só é realizável, devido à existência da linguagem e do discurso humano. Segundo Polkinghorne (1988, citado por Fernandes, 2001), os seres humanos expressam-se e comunicam as experiências, utilizando para tal a linguagem isto é, são capazes de produzir e compreender narrativas, porque têm a capacidade de usar a linguagem. A linguagem, que se apresenta como mediador intra e interpessoal, permite que estes significados possam ser partilhados connosco e com os outros (Gonçalves, 2000).

Como refere Manita (2001, citado por Fonte, 2003), a nossa experiência é construída intencionalmente através da linguagem, dando depois lugar a uma configuração narrativa. Essa experiência para se converter em narrativa deve, antes de

mais, ser organizada, atribuindo-lhe um sentido que se desenrola ao longo do trajecto existencial que inevitavelmente se encontra repleta das mais variadas experiências.

A linguagem é assim entendida como um sistema de significação, uma vez que as palavras utilizadas resultam de uma prática social. As histórias contadas a nós próprios e aos outros sobre as nossas experiências, permitem aceder ao significado narrativo ou seja, a mediação da linguagem permite ter acesso ao significado narrativo. Esta construção de significado da nossa experiência é assim feita através da linguagem, existindo uma conversação interpessoal, num contexto relacional (Fernandes, 2001).

É através da linguagem que de forma intencional construímos as nossas experiências (Gonçalves, 2000), que se organizam em significados coerentes, havendo uma relação inerente entre as dimensões psicológicas, sociais e temporais da experiência (Lyddon, 1995 citado por Maia, 2001). De acordo com Fernandes (2001), a linguagem narrativa possibilita por um lado, uma comunicação ordenada e coerente da experiência, uma vez que dispõe os acontecimentos através de uma sucessão temporal e de acordo com um determinado tema. Por outro lado, a narrativa vai ser construída tendo em conta os padrões de significação culturais, sendo mediada por discursos linguísticos que vigoram e que por isso são partilhados, na comunidade conversacional do indivíduo, favorecendo uma continuidade narrativa caracterizada pelas linguagens culturais vigentes no contexto onde ocorrem as experiências.

Maia (2001) considera que o conceito de narrativa deriva da conjugação entre duas ideias: da importância de estudar a acção humana tendo em conta o contexto interpessoal, social e cultural, e da ideia que sugere que a organização do significado deste contexto e da acção que nele tem lugar, exige o recurso à linguagem. A este propósito Gonçalves (1998, citado por Fonte, 2003) refere que as narrativas apenas existem num sistema interpessoal, caracterizado por uma construção discursiva, não

existindo separadamente do contexto cultural onde ocorrem. Defende ainda que a narrativa não pode ser considerada como um acto mental individual, mas antes como uma produção discursiva de natureza interpessoal e culturalmente contextualizada. Segundo Fernandes (2001), a elaboração do significado da experiência não pode separar-se dos conteúdos culturais e históricos das narrativas presentes no contexto onde ocorrem as interacções.

No entanto, Fernandes (2001) adverte para o facto do significado narrativo não ser algo eterno e permanente, mas sim algo que está sempre a ser transformado através da actividade contínua de construção da nossa experiência.

Concluindo, Manita (2000, citado por Fonte, 2003) defende que recai sobre os sujeitos a tarefa de interpretar a multiplicidade de experiências e acontecimentos, tornando-as em construções com sentido. Isto significa que organizar narrativamente a experiência é atribuir-lhe um sentido.

## **2 - *Folk Psychology***

Actualmente existe uma larga diversidade de autores empenhados nas conceptualizações teóricas narrativas. A *Folk Psychology* ou *ethnopsychology* desenvolvida por Bruner oferece assim o seu contributo, para uma melhor compreensão do ser humano e do conhecimento em geral.

De acordo com Bruner (1995), *Folk Psychology* significa psicologia popular ou psicologia intuitiva. Este autor refere que em todas as culturas existe uma psicologia popular, sendo um dos seus instrumentos constitutivos mais poderosos. Consiste num conjunto de descrições mais ou menos normativas e conexas acerca do “funcionamento” dos seres humanos. A aprendizagem da psicologia cultural, que caracteriza a nossa cultura, ocorre muito cedo. Aprendemo-la aquando da aprendizagem da linguagem e do

estabelecimento das relações interpessoais que a vida em comunidade comporta. São os significados culturais que guiam e controlam os nossos actos individuais.

Segundo Bruner (1995), para captar a natureza e o poder da *folk psychology* é necessário compreender melhor as questões relacionadas com as narrativas, porque para este mesmo autor (1986) ainda há muito para conhecer do estilo narrativo. Este conceito esteve sempre presente ao longo do seu trabalho (Bruner, 1990 citado por Fonte, 2003).

Consequentemente, refere algumas das características que as narrativas apresentam, começando assim pela *sequencialidade*. Isto significa que uma narrativa surge de uma sequência singular de sucessos, estados mentais, acontecimentos nos quais participam seres humanos como personagens ou actores. No entanto, estes componentes não possuem uma vida ou significados próprios, o seu significado é atribuído pelo lugar que ocupam na configuração global da totalidade da sequência do enredo (Bruner, 1995). Além disso, a narrativa é a forma de comunicação que consegue captar melhor a experiência da temporalidade, já que a sequencialidade da história revela um passado que se está a transformar num futuro. Salienta ainda que a maior parte dos acontecimentos que constituem a vida quotidiana são comuns no entanto, quando existem desvios da norma esperada ou canónica, são frequentemente narradas histórias que os explicam (Bruner, 1990, citado por Fonte, 2003). A cultura deve assim não só conter um conjunto de normas, como também de procedimentos de interpretação que permitam que os desvios a essas normas adquiram significado em função de padrões de crenças estabelecidos. Em qualquer cultura se espera que as pessoas se comportem de acordo com as situações em que se encontrem (Bruner, 1995).

Outra das características da narrativa é a *subjectividade*, uma vez que uma história fornece informação acerca do mundo interior do narrador ou das pessoas que são protagonistas da história. Logo, uma história não é só uma crónica de

acontecimentos no tempo, mas incluirá também afirmações sobre intencionalidade, sentimentos e crenças (Fonte, 2003).

A *ambiguidade* é outra das características salientadas por Bruner. Os acontecimentos narrados nas histórias podem ser reais ou imaginários, ou até uma combinação entre as duas vertentes. Esta característica refere-se à introdução de significados implícitos na história para tentar ir mais além do que aquilo que foi dito. A ambiguidade da história pode ainda ser mais enriquecida, utilizando-se metáforas, podendo proporcionar múltiplos significados. Assim, sempre que uma história é narrada, a ambiguidade leva o leitor ou ouvinte a embarcar activamente num processo de atribuição de significado. Consequentemente, uma história pode ter interpretações diversas por diferentes audiências, regidas pelos seus interesses e pontos de vista (Bruner, 1990, citado por Fonte, 2003).

A psicologia popular em forma narrativa, desempenha um papel na organização da experiência. Surgem aqui duas questões pertinentes: a elaboração de marcos ou esquematização e a regulação afectiva. A elaboração de marcos proporciona uma forma de construir o mundo, de caracterizar o seu percurso, de segmentar os acontecimentos que ocorrem, etc. Se não fossemos capazes de elaborar esses marcos, estaríamos perdidos numa experiência caótica e provavelmente a nossa espécie nunca teria sobrevivido (Bruner, 1995).

A narrativa é a forma típica de organizar a experiência, já que o que não se estrutura de forma narrativa, perde-se na memória. A elaboração de marcos, prolonga a experiência na memória, alterando-se sistematicamente para se adaptar às nossas representações canónicas do mundo social. Se não se puder alterar, ou se esquece, ou se destaca pela sua excepcionalidade (Bruner, 1995).

Segundo Barlett (s/d, citado por Bruner, 1995), quando nos esforçamos por recordar algo, normalmente o que nos assoma primeiro à mente é um afecto ou uma atitude carregada ou seja, o que estamos a tentar recordar é algo desagradável, desconfortante, emocionante, etc. De acordo com o mesmo autor, a recordação serve para justificar um afecto, uma atitude. O acto de recordar cumpre uma função retórica no processo de reconstrução do passado. É uma reconstrução concebida para justificar. No entanto, não nos tentamos convencer a nós próprios com as nossas reconstruções de memória. Recordar o passado é também um diálogo, no qual o interlocutor da pessoa que recorda exerce uma pressão subtil mas contínua (Bruner, 1995).

Finalizando, os processos implicados em ter e reter experiências baseiam-se em esquemas impregnados de concepções da psicologia popular, sobre o nosso mundo (Bruner, 1995).

Todos estes conceitos desenvolvidos até agora permitem-nos entender melhor o estudo que realizamos, possibilitando a alcance de resultados mais claros e evidentes. Assim, de seguida iremos apresentar o estudo empírico levado a cabo no âmbito desta investigação.

## PARTE II – ESTUDO EMPÍRICO

### ***Capítulo IV - Metodologia***

O presente trabalho regeu-se por uma metodologia que tem vindo a ganhar força no âmbito das Ciências Sociais, nomeadamente na Psicologia. Referimo-nos aos métodos qualitativos, que a par de outros, tais como os métodos quantitativos, permite uma investigação mais acurada.

Os métodos qualitativos e quantitativos são habitualmente vistos como duas realidades distintas. No entanto, apesar de se verificar a existência de diferenças entre os dois métodos, existe também complementaridades entre ambos (Newman, 1998). Relativamente a esta matéria não existe consenso, identificando-se pelo menos duas posturas diferentes. Há investigadores que são partidários de uma distinção dicotómica, e outros que partilham a preferência por uma tese de continuum entre metodologias qualitativas e quantitativas (Lessard-Hérbert, Goyette e Boutin, 2005). Segundo Fonte (2005), cada um dos métodos permite-nos ter acesso a diferentes formas de conhecimento, o que nos leva a concluir que é preferível encará-los como complementares já que, como referem Almeida e Freire (1997), se nos auxiliássemos apenas de um dos métodos, a investigação psicológica resultaria mais pobre.

As metodologias qualitativas foram assim, a grande referência para a realização deste trabalho, tendo como linha orientadora uma das suas vertentes, a *Grounded Theory*.

Este capítulo ocupar-se-á por fazer uma breve explicação deste tipo de metodologia de investigação, bem como todo o seu procedimento levado a cabo, ao longo de todo este processo.

## **1 - As Metodologias Qualitativas**

Apesar das metodologias qualitativas terem uma vasta história, precedendo mesmo o método experimental-positivista, só recentemente ganharam força, provavelmente devido às novas preocupações da investigação nas Ciências Sociais e Humanas (Almeida & Freire, 1997, p. 94). No que respeita à investigação em Psicologia, apenas recentemente se começa a dar valor aos estudos que invocam as metodologias qualitativas (Fonte, 2003).

Além disso, este interesse crescente pelas metodologias qualitativas parece também dever-se ao facto de favorecerem uma maior aproximação e colaboração entre o investigador e os sujeitos que originam o material a ser investigado (Lessard-Hébert, 2005), permitindo obter resultados e gerar teorias que se revelam facilmente compreensíveis e credíveis empiricamente, tanto para os sujeitos que estão a ser objecto de estudo, como para as outras pessoas (Maxwell, 1996).

De acordo com Almeida e Freire (1997), a investigação qualitativa opõe-se ao positivismo. A realidade psicológica é entendida como dinâmica, fenomenológica, relacionando-se com a história do indivíduo e com os contextos onde é estruturada. Para este tipo de metodologia a realidade é estudada sem ser fragmentada e descontextualizada, partindo-se dos próprios dados e não de teorias prévias, focando-se mais nas peculiaridades que na obtenção de leis gerais. Isto significa que para se estudar adequadamente uma realidade, importa conhecer a perspectiva dos sujeitos envolvidos nessa mesma realidade.

A psicologia debruça-se nos significados e representações pessoais que os fenómenos têm, no carácter interactivo da sua construção e na necessidade em se colocar na perspectiva do outro como condição prévia ao conhecimento e à explicação do comportamento, uma vez que se acredita que o ser humano interage de acordo com

os significados que tem das coisas, das situações, ou de outros indivíduos (Almeida e Freire, 1997). A investigação qualitativa faz precisamente isso, produz descobertas às quais não chegam os procedimentos estatísticos ou outros meios de quantificação, tais como: investigação acerca da vida, experiências, comportamento, emoções e sentimentos, assim como movimentos sociais, fenómenos culturais entre outros (Strauss e Corbin, 1998). Além da observação ao comportamento do indivíduo e do grupo, busca informação acerca de outros aspectos como crenças e valores do indivíduo ou do grupo, sistemas de comunicação e de relação, bem como respectivas representações. A psicologia socorre-se assim da investigação qualitativa, uma vez que esta estuda a realidade sem ser fragmentada ou descontextualizada, devido aos seus métodos holísticos e ideográficos, que permitem assim atingir a globalidade (Almeida e Freire, 1997).

A investigação qualitativa abrange um conjunto de metodologias de recolha de dados mais diversificado e flexível, permitindo adequar os planos à fase em que se encontra a investigação e utilizar diversas técnicas de recolha de dados ao longo da investigação, de acordo com as condições existentes, recorrendo para tal a métodos de investigação menos quantitativos como, a entrevista, o registo directo, a observação participante ou a análise de documentos (Almeida e Freire, 1997). Alguns dos dados podem ser quantificados através de informação adicional acerca das pessoas ou objectos em estudo, mas o centro da análise é interpretativo (Strauss e Corbin, 1998).

Conforme Olabuénaga (2003), existem algumas características dos métodos qualitativos, que expressam a sua peculiaridade frente aos métodos quantitativos. Antes de mais, os métodos qualitativos apresentam como objectivo da investigação, a captação e reconstrução de significado. Além disso, manifestam uma linguagem basicamente conceptual e metafórica, além de que os modos de captar informação não são

estruturados, mas sim flexíveis e desestruturados. Importa também referenciar que o seu procedimento é mais indutivo que dedutivo e a orientação não é particular e generalizadora, mas sim holística e concretizadora. Segundo Almeida e Freire (1997), explica os dados baseando-se nos próprios dados obtidos e não em teorias prévias, enfatizando as suas particularidades e não a elaboração de leis gerais.

No entanto, também se apontam algumas desvantagens à investigação qualitativa, nomeadamente a subjectividade das análises e conclusões, a dificuldade em generalizar conclusões, embora não seja este um objectivo da investigação qualitativa, e elaborar de leis capazes de descrever fenómenos ao longo do tempo e do espaço (Almeida e Freire, 1997).

Para além disso, e segundo Fonte (2005), as metodologias qualitativas são, no âmbito do domínio da significação da experiência humana, um poderoso instrumento de trabalho.

A investigação qualitativa é uma actividade que localiza o observador no mundo ou seja, consiste num conjunto de material prático de interpretação, que faz com que o mundo se torne visível. Estuda coisas no seu estado natural, com o intuito de fazer sentido ou de interpretar fenómenos em termos dos significados que as pessoas lhes dão (Denzin e Lincoln, 2000). De acordo com Martins (2004), privilegia a análise de microprocessos, estudando as acções sociais individuais e grupais, efectuando um exame intensivo aos dados e sendo caracterizada pela heterodoxia no momento da análise.

Por fim, e uma vez que este estudo se baseia nos dados recolhidos junto de uma população constituída por crianças, é importante referir que, tal como Davis (1998, citado por Sani, 1999) opina, a criança através da investigação qualitativa tem a

oportunidade de revelar o seu ponto de vista, reduzir a distância social e renegociar as relações de poder entre investigador e criança.

### **1.1 - A *Grounded Analysis***

Tal como já foi referido anteriormente, o emprego das metodologias qualitativas em investigação na área da psicologia, apenas vem sendo valorizado ultimamente. Esta recente valorização tem recaído principalmente sobre a *Grounded Analyses*, uma das metodologias que mais tem chamado a atenção dos investigadores (Fernandes, 2001) e que mais tem sido utilizada nas ciências sociais (Denzin, 1998, citado por Ramos, 2006).

Para Strauss e Corbin (1998), o termo “*grounded theory*” significa teoria derivada de dados, sistematicamente recolhidos e analisados ao longo do processo de investigação. A mesma definição é partilhada por Glaser e Strauss (1999), sociólogos que deram origem à *Grounded Theory*. Através deste método, a recolha de dados, a análise e a eventual teoria, estão reciprocamente relacionados. Nenhum investigador inicia um projecto com uma teoria preconcebida. Pelo contrário, o investigador inicia com uma área de estudo e permite que a teoria surja dos dados recolhidos, assemelhando-se mais com a realidade (Strauss e Corbin, 1998) ou seja, o que for importante para essa área, irá surgir. Tal como refere Rennie (1998, citado por Fernandes e Maia, 2001, p. 53), a *Grounded Theory* adequa-se a “quem prefere mergulhar nos dados antes de se lançar para a teoria”.

De acordo com Ramos (2006), a *Grounded Theory* tem como objectivo desenvolver teoria substantiva que traduza a realidade estudada, que explique o fenómeno estudado. Centra-se na dimensão humana da sociedade, nos significados atribuídos pelos indivíduos às suas próprias vidas, além das características subjectivas

que a vida social abarca (Layder, 1993, citado por Fernandes e Maia, 2001). Esta teoria constrói-se tendo por base uma recolha e análise dos dados, de forma sistemática e rigorosa, e na orientação dos investigadores, utilizando para isso um processo indutivo de produção de conhecimento (Fernandes e Maia, 2001).

## **2 – Método**

### **2.1 – Participantes**

Os participantes de uma investigação são a base de todo o processo, uma vez que constituem o meio pelo qual se pode dar “vida” ao estudo que se quer implementar. É através desta categoria que se consegue testar as hipóteses que o investigador lança, antes de dar início à sua exploração, uma vez que possuem a informação fundamental para o estudo em causa.

Apesar desta importância existem algumas diferenças, quer se trate de uma investigação qualitativa, quer quantitativa. Na investigação qualitativa os participantes são seleccionados de forma distinta da investigação quantitativa. A selecção realiza-se, de acordo com a informação que estes podem proporcionar, acerca do fenómeno que se pretende investigar. Isto significa que a selecção é feita de forma intencionalizada e não aleatória, uma vez que o que se pretende é que a amostra represente a experiência ou conhecimento que se deseja investigar. Não há a pretensão de que a amostra represente uma população (Morse, 1994). Segundo Fonte (2005), as abordagens tradicionais têm como objectivo obter uma amostra que seja representativa de uma determinada população ou seja, defendem uma selecção aleatória. O que é fundamental é a informação ou o conhecimento que podem acarretar para a investigação, enriquecendo-a.

Este processo alternativo de selecção da amostra foi designado por Glaser e Strauss (1967, citado por Fonte, 2003, 2005) de “amostragem teórica” ou seja, os casos não são seleccionados através de critérios metodologicamente abstractos, mas sim apoiados em critérios concretos, que se relacionam com o tema em causa (Flick, 2005, citado por Ferreira, 2006). Isto significa que, de acordo com Morse (1994), a amostragem passa a realizar-se tendo em conta critérios internos ao estudo, nomeadamente a possibilidade de aprendizagem que cada participante comporta, em vez de partir de critérios externos, como é o caso da representatividade.

Esta selecção dos participantes relevantes para a investigação é feita ao longo de duas fases. A primeira fase diz respeito à triagem de participantes, que deverão corresponder à designação que Morse (1994) atribui de “peritos experienciais” no fenómeno. Quer isto dizer que devem envergar um particular conhecimento sobre o tema em investigação, além de informação relativa ao tema que se pretende estudar.

Nesta investigação, os nossos “peritos experienciais” são crianças institucionalizadas, vítimas de maus tratos, constituindo a fonte de informação adequada relativamente ao tema em desenvolvimento. Para termos acesso a este grupo de participantes, decidimos recorrer aos menores institucionalizados na Fundação Bomfim, local onde ocorreu o estágio curricular da investigadora (ano lectivo 2006/2007). Esta decisão foi tomada tendo em conta o contacto já estabelecido com algumas destas crianças (acompanhadas em consulta psicológica individual) e a oportunidade de aproveitar a possibilidade de recolher dados junto da população indicada para o caso.

Relativamente à segunda fase, Morse (1994) refere que esta deverá ter em atenção a variabilidade e a heterogeneidade da amostragem, possibilitando a constatação de vivências heterogéneas, mas também de homogeneidades entre outras. Segundo Rennie, Phillips, e Quartaro (1998, citado por Fonte, 2005), nesta fase

seleccionam-se deliberadamente os participantes que permitem aceder à diversidade da experiência ou do conhecimento estudado, recorrendo para tal a duas estratégias: selecção de grupos contrastantes e procura de casos negativos. É de referir que no caso da presente investigação, esta segunda fase não teve lugar.

No nosso estudo a intenção prendeu-se com a selecção de crianças que representassem a realidade estudada isto é, a realidade que vivem quando sujeitas à institucionalização. Para tal, foi organizado um grupo constituído por 9 crianças, de ambos os sexos (4 do sexo feminino e 5 do sexo masculino) e com idades compreendidas entre os 10 e os 15 anos (ver quadro 1).

**Quadro 1 – Caracterização da amostra**

Sujeitos da Amostra	Idade	Sexo		Tempo de Institucionalização		
		M	F	Menos de 5 anos	5 anos	Mais de 5 anos
S1	10	X				X
S2	10	X		X		
S3	10		X	X		
S4	13	X			X	
S5	15		X		X	
S6	14		X		X	
S7	13	X				X
S8	12	X				X
S9	13	X		X		

Para além dos dados sócio-demográficos dos sujeitos, optamos também por incluir a categoria “Tempo de Institucionalização”, uma vez que ilustra o período de institucionalização a que muitas crianças estão sujeitas, além de ser um factor extremamente importante para o estudo em causa.

Esta amostra foi constituída tendo em conta a necessidade de representar ao máximo a problemática em estudo. Assim, depois de escolhido o grupo que, como defendem Strauss e Corbin (1990, citado por Ramos, 2006) facilmente poderá apresentar evidências dos fenómenos que se pretende estudar, passou-se à escolha do método de recolha de dados a utilizar.

### **2.1.2 – Breve Caracterização da Instituição**

Conforme referido anteriormente, esta investigação incidiu sobre um grupo de 9 crianças institucionalizadas na Fundação Bomfim, em Braga, local onde se efectuou o estágio curricular da investigadora (ano lectivo 2006/2007). Esta instituição é constituída por várias valências, entre as quais se destacam os Minilares que acolhem as crianças sobre as quais recaem o nosso estudo.

A maior parte das instituições de acolhimento são constituídas por dormitórios onde são albergadas inúmeras crianças, ficando sob protecção de funcionários que têm que se desdobrar para tentar fazer face a todas elas. A Fundação Bomfim destaca-se pela diferença. Esta instituição é constituída actualmente por 3 Minilares, espalhados pela cidade, por onde são distribuídas as crianças institucionalizadas. Em cada um deles existem duas Vigilantes que se encarregam das crianças que fazem parte desse Minilar.

Assim, estes Minilares esforçam-se por reproduzir o funcionamento de uma família, com regras instituídas, em que cada um se esforça por cumprir as suas funções de membro desse núcleo. Há desta forma a criação de um sentimento de pertença, protecção, satisfação das necessidades básicas, afecto e interesse por elas.

As crianças a partir do momento em que entram na instituição, não ficam confinadas a um mesmo espaço, já que para além da distribuição dos minilares, frequentam a Fundação (ATL, Refeitório, etc.), escolas públicas, e até mesmo outros

serviços disponíveis pela comunidade envolvente (como por exemplo a “Casa do Professor”). A deslocação das crianças entre todos estes locais é efectuada através de transportes próprios da Fundação Bomfim.

## **2.2 – Material**

### **2.2.1 - A Entrevista Qualitativa**

Quando numa investigação se procura obter dados válidos e pertinentes para a mesma, é necessário optar por um método que possibilite apreender de forma eficaz o fenómeno em estudo (Sani, 1999).

A entrevista, na opinião de Denzin (citado por Olabuénaga, 2003, p. 165), é a ferramenta metodológica favorita do investigador qualitativo. É uma das técnicas mais utilizadas para obter informação das pessoas, nomeadamente quando dados relevantes não podem ser acedidos directamente ou não podem ser recolhidos através de questionários e testes psicológicos (Sani, 1999, p. 365).

Segundo Olabuénaga (2003), a entrevista qualitativa pode ser também denominada de “Entrevista em Profundidade”, que corresponde a uma técnica de obtenção de informação, mediante um processo de comunicação entre entrevistador e entrevistado. É uma técnica através da qual o indivíduo transmite oralmente ao entrevistador a sua definição pessoal da situação.

De acordo com Quivy e Campenhoudt (1998) a entrevista aplica processos fundamentais de comunicação e interacção humana, permitindo ao investigador recolher informações pertinentes. Além disso, permite um contacto directo entre ambas as partes instaurando-se uma troca: o interlocutor do investigador fornece a sua percepção, interpretação ou experiência acerca de um determinado acontecimento ou situação; o investigador, através de perguntas abertas, permite a sua expressão, evitando que se

desvie dos objectivos da investigação, permitindo uma maior autenticidade e profundidade. Tal como definem Taylor e Bogdan, a entrevista em profundidade passa por “encontros, frente-a-frente, entre investigador e informantes, dirigidos à compreensão das perspectivas que os informantes têm a respeito das suas vidas, experiências ou situações” (citado por Olabuénaga, 2003, p. 167). Segundo Fonte (2005), é importante ter presente o facto de que o modo e o momento em que se formulam as questões, dependem do decorrer da entrevista.

A entrevista individual, semi-estruturada, foi a opção posta em prática para a recolha de dados da nossa investigação. Este tipo de entrevista permite aprofundar determinados aspectos relativos ao fenómeno em estudo, permitindo que as questões se realizem numa sequência livre, podendo ser alterada (Sani, 1999), sendo relevante uma vez que é importante adaptar a entrevista ao nível de compreensão e articulação das crianças (Fielding, 1993, citado por Sani, 1999).

Tendo em conta o fenómeno em estudo e a população em causa, elaborou-se um guião de entrevista (ver Anexo 1) com o intuito de orientar todos os aspectos importantes a serem abordados. No entanto, dependendo do desenvolvimento da entrevista, o investigador foi tomando opções relativamente à maneira e ao momento em que as questões eram formuladas. De acordo com Flick (2005, citado por Ferreira, 2006), este guião é elaborado para auxiliar o entrevistado a encaminhar a sua narrativa.

O objectivo da entrevista foi o de obter informação em relação à perspectiva dos sujeitos acerca da sua institucionalização por isso, as questões colocadas às crianças prenderam-se com aspectos pertinentes relacionados com a problemática. Para tal, estas foram questionadas relativamente à duração, bem como quanto a aspectos anteriores e posteriores à decisão, opinião acerca da mesma, relacionamento com crianças e adultos, recordações positivas e menos positivas, anseios, entre outras.

Para além do guião de entrevista elaborou-se também um pequeno questionário sócio-demográfico (ver Anexo 2) que, como o próprio nome indica, teve como finalidade proceder à recolha de dados sócio-demográficos dos participantes. Estes dados prenderam-se com a idade, sexo e duração da institucionalização.

### **2.3 – Procedimentos**

Para pôr em prática o estudo pretendido, foi necessário efectuar determinadas tarefas que nos permitiram desenvolver uma investigação com princípio, meio e fim, assegurando-nos de que todos os requisitos essenciais foram cumpridos. Só assim pudemos ter a certeza de que a investigação foi aprofundada, de que foi ao cerne da questão, tornando-se válida e pertinente para estudos futuros.

Assim, teve início com uma pesquisa apurada e conseqüente recolha bibliográfica referente à problemática em estudo. Pesquisou-se acerca dos motivos pelos quais as crianças são institucionalizadas, nomeadamente os maus tratos, a institucionalização e suas características essenciais, ainda sobre a narrativa, a metodologia qualitativa e a *Grounded Theory*, uma vez que foi a metodologia escolhida para auxiliar nesta investigação. Desta forma, uma vez definido o tema, estabelecido a amostra pretendida e recolha bibliográfica, procedeu-se à elaboração do desenho da investigação.

Com o intuito de aceder à população pretendida, foi necessário respeitar determinados requisitos, cumpridos ao longo de diferentes fases. Relativamente à recolha de dados, era necessário obter o consentimento por parte da instituição (Fundação Bonfim), com vista assim a dar início à investigação. Para tal, foi marcada uma reunião com a orientadora de estágio curricular da investigadora, pertencente à instituição, à qual se explicou os motivos, os objectivos e para que fins se realizaria o

estudo. A pedido da mesma, foi ainda entregue o guião de entrevista, para que pudesse ter acesso ao tipo de questões a realizar. Uma outra questão pertinente abordada na reunião foi a de saber se seria necessário elaborar um pedido de autorização formal, dirigido ao director da instituição. A resposta obtida foi a de que não seria necessário dirigir um pedido ao director da instituição, tendo-nos sido dada permissão para efectuar a recolha de dados.

De acordo com a sugestão da orientadora de estágio da Fundação Bomfim, a nossa amostra seria constituída por 9 crianças, sendo que 6 delas eram já acompanhadas em consulta psicológica individual pela investigadora, durante o estágio curricular, e as outras 3 nunca tinham tido anteriormente contacto com a investigadora.

Depois das crianças terem sido informadas da sua participação na entrevista, procedeu-se à marcação das mesmas, tendo em conta o horário mais favorável para cada uma delas, de maneira a não coincidirem com a escola ou outras actividades.

As entrevistas foram feitas pela investigadora, de forma individual, num gabinete disponibilizado pela instituição, local onde habitualmente se realizaram as consultas de psicologia. Através de uma linguagem adequada à sua idade e nível de compreensão, foi-lhes explicado os objectivos da entrevista, garantindo o anonimato e confidencialidade. A duração de cada uma delas rondou os 20, 30 minutos, dependendo de cada sujeito, tendo decorrido sem nenhum incidente e tendo sido gravadas em cassetes áudio.

Após a realização das entrevistas, que ocorreram nos dias 11, 18, 20, 25 e 27 de Julho de 2007, e conseqüente recolha de dados, passamos à sua transcrição, registando integralmente tudo o que foi dito por cada uma das crianças, exceptuando determinadas interrupções do discurso, como por exemplo tosse, espirros, bocejos, etc. Para

concretizar esta tarefa, todas as entrevistas foram lidas e relidas vezes sem conta, no sentido de captar todos os pormenores, mantendo-se fiel ao original.

Conforme já referido, a análise qualitativa opera de forma indutiva, existindo assim uma interacção frequente entre hipóteses de partida, recolha e tratamento de dados (Maroy, 1997). Demos assim início ao processo de codificação, que consiste num método que parte dos dados para construir teorias ou seja, começa-se por atribuir conceitos e códigos ao material empírico, inicialmente o mais semelhante possível do texto, para em seguida se passar a uma forma cada vez mais abstracta (Flick, 2005, citado por Ferreira, 2006). De acordo com Strauss e Corbin (1994), as categorias mais conceptuais ou interpretativas vão surgindo com o avanço da análise que é realizada.

No entanto, para se proceder à codificação dos dados é imprescindível atender a determinados critérios. Um desses critérios é mencionado por Glaser e Strauss (1999), quando referem que as categorias que vão sendo criadas, devem ir sendo organizadas numa hierarquia. Além de ter em conta estes critérios, esta codificação dos dados deve realizar-se seguindo uma estratégia, constituída por etapas (Fonte, 2003). Em seguida iremos fazer uma breve descrição destas oito etapas.

A primeira etapa, denomina-se de “*Seleção do Material Relevante para a Análise*”, que como o próprio nome indica, refere-se à triagem do material que se revela importante para a investigação. Esta selecção realiza-se mediante a leitura a cada uma das entrevistas realizadas, resumindo-se em seguida os temas principais referidos em cada uma delas. Desta forma, os resumos possibilitam-nos ter uma ideia daquilo que cada entrevistado disse.

A “*Categorização Descritiva*” corresponde à segunda etapa e é nesta fase que se procede a uma categorização das unidades de análise, apoiando-nos para tal no discurso utilizado por cada entrevistado. Estas unidades de análise podem ser frases ou ideias.

Na terceira etapa encontramos a *“Elaboração de Memorandos”*. A elaboração de memorandos refere-se às ideias e hipóteses que são formuladas durante a construção de categorias, podendo relacionar-se posteriormente com outros aspectos.

A quarta etapa tem a ver com a *“Categorização Conceptual”*, na qual cada categoria descritiva é inserida em várias categorias conceptuais, que se traduzem estas em categorias mais abstractas, compreendendo categorias descritivas diferentes.

*“Categorização Central”* é a designação da quinta etapa. Estes tipos de categorias centrais são mais gerais e incluem categorias conceptuais diversas, que são comuns às categorias conceptuais das várias entrevistas.

Relativamente à sexta etapa, esta intitula-se de *“Hierarquia das Categorias”*. Realiza-se uma hierarquia de categorias, permitida por uma categorização cumulativa pelo surgimento de interrelações entre categorias conceptuais e categorias centrais.

A etapa número sete pertence à *“Clarificação Estrutural”* ou seja, uma vez que o objectivo é o de caracterizar o discurso do grupo e não de sujeitos individualmente, integram-se as categorias expressas apenas por um dos entrevistados nas categorias que são mais referidas pelos sujeitos, com significado semelhante.

Finalmente, a oitava etapa é denominada de *“Construção do Discurso do Grupo”* e corresponde ao primeiro resumo descritivo do discurso do grupo.

Ao longo do nosso trabalho todos estes critérios e etapas foram sendo seguidos e respeitados, permitindo-nos uma maior organização, mantendo um fio condutor desde o início até ao final. Através das leituras iniciais às entrevistas realizadas e dos resumos que iam sendo feitos, começaram a emergir ideias que nos levaram a perceber quais os temas mais pertinentes para o assunto em estudo. Criaram-se categorias, inicialmente muito semelhantes à linguagem dos participantes, que posteriormente se tornaram mais abstractas e deu-se início ao processo do seu agrupamento, em que cada categoria

descritiva se encontra inserida em várias categorias conceptuais (Fonte, 2003). Estas categorias permitiram o aparecimento das categorias centrais que incluem várias categorias conceptuais. Finalmente sucedeu-se a análise do discurso ou seja, os significados para as crianças vítimas de maus tratos, inseridas em instituições.

Resumindo, ao longo deste capítulo abordamos a questão da metodologia qualitativa e da *Grounded Analysis*, uma vez que foi a metodologia utilizada na nossa investigação, por se adequar ao nosso estudo e aos objectivos delineados. Descrevemos o grupo de participantes e o processo da sua selecção e demonstramos a pertinência da entrevista qualitativa, sua construção e aplicação aos sujeitos. Finalmente, descrevemos também os procedimentos empregues para constituir a amostra e posteriormente, para transcrever e categorizar as entrevistas.

Em seguida far-se-á uma apresentação e discussão dos resultados obtidos com a presente investigação.

## ***Capítulo 5 – Resultados***

Um dos maiores anseios desde o início de uma investigação, é atingir uma das etapas cruciais que vai permitir abrir caminho para a conclusão, fornecendo uma visão de todo o trabalho e permitindo o culminar do estudo. Os resultados permitem assim ter uma noção do esforço e do trabalho realizado, bem como da sua pertinência para a problemática em desenvolvimento.

Apresentar-se-ão de seguida os resultados alcançados com esta investigação, bem como a sua discussão.

## 1 – Apresentação dos Resultados

Os resultados desta investigação encontram-se reunidos em 5 categorias, derivadas de um sistemático trabalho de categorização. Temos assim as seguintes categorias: (a) Motivo da Institucionalização; (b) Reação à Institucionalização; (c) Percepção das Implicações da Vivência Institucional; (d) Reflexão acerca das Consequências da Permanência no Ambiente Familiar Habitual e (e) Desejos das Crianças Relativamente ao Futuro.

Vamos passar em seguida à sua descrição e explicação pormenorizada, apoiando-nos para tal em quadros com a esquematização de cada uma das categorias.

### a) Motivo da Institucionalização

No quadro 2 encontra-se esquematizado o **Motivo da Institucionalização**, onde podemos aceder às suas subcategorias principais e secundárias, bem como a exemplos do discurso dos sujeitos, facilitando a compreensão das subcategorias encontradas.

O motivo pelo qual as crianças são institucionalizadas é bastante relevante para esta investigação, bem como a percepção que estas têm acerca daquilo que motivou a medida que sobre elas recaiu.

Assim, a categoria principal **Motivo da Institucionalização** inclui as subcategorias principais *Reconhecimento do Motivo* e *Negação do Motivo*. Relativamente ao *Reconhecimento do Motivo*, a maior parte das crianças expressam-no, sendo que essa maior parte fala em negligência sofrida antes da sua entrada na instituição, bem como em violência, tanto interparental, como exercida em relação aos próprios filhos. Verifica-se assim a existência dos maus tratos como o grande motivo pelo qual se procede a uma retirada das crianças do seu meio familiar. Além disso, as

baixas possibilidades económicas sofridas por estas famílias, justificam também a institucionalização destas crianças, tal como a presença de doença familiar.

No que diz respeito à *Negação do Motivo*, uma pequena parte dos sujeitos não reconhece a existência de condicionalismos que conduziram à sua institucionalização, socorrendo-se de dois mecanismos de defesa caracterizados pela ilusão.

**Quadro 2 – Discurso dos sujeitos relativamente ao motivo da sua institucionalização**

Categoria Principal	Subcategoria Principal	Subcategoria Secundária	Exemplos do Discurso
MOTIVO DA INSTITUCIONALIZAÇÃO	Reconhecimento do Motivo	Negligência	S3: “o pai não comprava comida”; S8: “depois não comíamos...passávamos fome...”.
		Violência	S4: “os nossos pais davam-se mal...”; S7: “a minha mãe batia-me...castigava...”; S8: “os nossos pais batiam aos mais velhos...”.
		Baixas Possibilidades	S4: “a minha mãe não tinha condições pra eu tar com ela...”; S5: “tou aqui porque a minha família não tem possibilidades pra tar connosco...”; S8: “...porque os meus pais não tinham possibilidades de estar comigo...”.
		Doença Familiar	S6: “...porque a minha mãe era doente...não podia ficar connosco...”.
	Negação do Motivo	Ilusão	S1: “...por causa do meu pai...porque ele mentiu a não sei quem...disse ca minha mãe não dava-nos de comer...”; S3: “...porque os meus pais vão trabalhar...a minha mãe foi pró Porto trabalhar no café e o meu pai foi trabalhar...camiões...”.

### b) Reacção à Institucionalização

A **Reacção à Institucionalização** refere-se à forma como estas crianças viveram o momento da efectivação da sua institucionalização. Assim, nesta categoria principal inserem-se as seguintes subcategorias principais: *Sentimentos Positivos* e *Sentimentos Negativos*.

Na subcategoria principal *Sentimentos Positivos*, cabe a subcategoria secundária Felicidade, que traduz o alívio que algumas crianças sentiram quando finalmente lhes

foi ordenando que se afastassem do seu núcleo familiar – S1: “...senti-me feliz!...”, para lhes ser facultada uma nova forma de vida, sem os habituais maus tratos e privações.

Por sua vez, a subcategoria principal *Sentimentos Negativos* reúne em si as subcategorias secundárias Tristeza, Medo e Angústia na Separação Familiar. A Tristeza foi um dos sentimentos que ficou bem patente no discurso de grande parte dos participantes, quando se referiram ao momento da implementação da medida (ver exemplos do discurso no quadro 3). Este sentimento diz respeito à própria situação, à forma como se desenvolveu envolvendo figuras estranhas às crianças, nomeadamente em certos casos a autoridade policial, o que pode ter desencadeado uma percepção da gravidade da situação, bem como o Medo que muitos sentiram nesse momento (ver exemplos do discurso no quadro 3). Por último, falta apenas referir que a Angústia na Separação Familiar foi outro dos sentimentos percebidos pelas narrativas da maior parte das crianças (ver exemplos do discurso no quadro 3). Apesar de um ambiente familiar desfavorável e sofrido, geralmente a separação familiar constitui uma perda muito grande para estas crianças.

Apenas uma criança não foi capaz de expressar os seus sentimentos em relação ao momento da institucionalização, uma vez que se encontra institucionalizado desde os 6 meses de idade, pelo que evidentemente, não tem memórias relativas a este episódio da sua vida.

O quadro 3 apresenta em seguida, a sistematização destas categorias e exemplos de discurso.

**Quadro 3 – Discurso dos sujeitos acerca da sua reacção à Institucionalização**

<b>Categoria Principal</b>	<b>Subcategoria Principal</b>	<b>Subcategoria Secundária</b>	<b>Exemplos do Discurso</b>
<b>REACÇÃO À INSTITUCIONALIZAÇÃO</b>	Sentimentos Positivos	Felicidade	S1: "...feliz...senti-me feliz!..."; S7: "foi bom!".
		Tristeza	S2: "...foi a polícia que nos veio buscar e depois trouxe-nos praqui...senti-me triste"; S6: "...senti tristeza...".
	Sentimentos Negativos	Medo	S9: "...tinha medo de vir praqui..."; S4: "um dia chega lá uns senhores a dizer pra...que a minha mãe ia pró hospital e nós três íamos pra um colégio...".
		Angústia de Separação da Família	S6: "...fiquei triste porque afastei-me da minha família...tava apegada à minha família e nunca tinha saído da beira da minha mãe, e então depois foi de repente..."; S3: "comecei a chorar...queria ficar com os meus irmãos".

### c) Percepção das Implicações da Vivência Institucional

Entende-se por **Percepção das Implicações da Vivência Institucional**, todas as modificações que as crianças sofreram após a sua entrada e vivência na instituição, quer sejam positivas ou negativas. Desta forma, a categoria principal **Implicações da Vivência Institucional** inclui as seguintes categorias secundárias: *Consequências Positivas*, referidas por todas as crianças, e que são os aspectos que permitiram que adquirissem determinados princípios essenciais para um desenvolvimento adequado enquanto pessoas; *Consequências Negativas*, referidas por uma parte muito diminuta, e que se revelaram pelo facto das crianças fazerem parte de uma instituição, não provocadas pela própria instituição, mas sim pelo facto de aí estarem inseridas. Este aspecto só veio provar que a sociedade em geral tem uma visão negativa da institucionalização, inculcando nos outros e nas suas crianças sentimentos de desvalorização por quem inevitavelmente necessita destes serviços.

Fazem parte das *Consequências Positivas* as seguintes subcategorias principais: *Interiorização de Regras*, *Apoio*, *Prestação de Cuidados Básicos*, *Actividades Lúdicas* e *Gosto pela Instituição*. Todas elas constituem mais-valias para a criança, depois de ter sido institucionalizada. A *Interiorização de Regras*, reconhecidas por todos os sujeitos, abarca as subcategorias secundárias: Regras de Estudo, Regras Básicas do dia-a-dia (de higiene pessoal, de respeito pelos horários estabelecidos, entre outras), Regras de Conduta e Relacionamento Interpessoal. Demonstram o facto das crianças terem adquirido regras fundamentais, nunca antes conseguidas junto de suas famílias. No Relacionamento Interpessoal, é importante salientar que todas as crianças referiram gostar e darem-se bem com as Vigilantes. O *Apoio*, mencionado por uma boa parte de indivíduos, reúne: Apoio Psicológico, Apoio Escolar e Afecto. Revelam à criança o interesse que nutrem por ela, disponibilizando-lhe apoio a vários níveis. A *Prestação de Cuidados Básicos* envolve os Bens Essenciais, aspectos pertinentes na vida de uma criança e aos quais não tinham acesso até aí (ver exemplos do discurso no quadro 4). As *Actividades Lúdicas*, por sua vez, referidas por grande parte das crianças, abrangem Actividades realizadas na Instituição e Actividades realizadas fora da Instituição. O *Gosto pela Instituição* também faz parte da **Percepção das Implicações da Vivência Institucional**, já que foi precisamente devido a essa vivência que este se foi modificando e cimentando por todas as crianças S6: “...quando vim pra cá eu não gostava de estar cá, nos primeiros dias não gostava de tar cá...mas depois fui-me habituando, fui conhecendo pessoas e agora gosto de tar cá...”. Fazem parte do *Gosto pela Instituição* as subcategorias secundárias: Sem qualquer Senão e Com algum Senão.

Relativamente às *Consequências Negativas*, estas dividem-se nas subcategorias principais: *Discriminação* e *Saudades*. Muitas vezes as crianças são vítimas de *Discriminação* pelo simples facto de pertencerem a uma Instituição. Na nossa

investigação, este factor apenas foi referido por uma pequeníssima parte das crianças. Aqui, há lugar para duas subcategorias secundárias: Rotulação e Exclusão por parte dos Pares. As *Perdas* foram também referidas como uma implicação da institucionalização, nomeadamente, Perda de Amizades e Afastamento Familiar.

No quadro 4, que se apresenta de seguida, esquematizam-se assim a Percepção das Implicações da Vivência Institucional.

**Quadro 4 – Discurso dos sujeitos relativo à sua percepção acerca das implicações que a vivência em instituição comporta**

Categoria Principal	Categoria Secundária	Subcategoria Principal	Subcategoria Secundária	Exemplos do Discurso
PERCEPÇÃO DAS IMPLICAÇÕES DA VIVÊNCIA INSTITUCIONAL	Consequências Positivas	Interiorização de Regras	Regras de Estudo	S1: “eu nunca estudava, comecei a estudar”; S5: “modificou-se o facto de eu ter que ir sempre pá escola...já deixei de faltar...”.
			Regras Básicas do dia-a-dia	S3: “...agora tamos a aprender coisas em casa...como se faz a cama...escolher a roupa...”; S6: “...lavamos a cara, a nossa higiene...”; S4: “...levantamo-nos às 7 horas...”.
			Regras de Conduta	S4: “...tive um castigo por causa de me comportar mal na escola...”; S9: “...fiquei de castigo e não fui à piscina...”.
			Relacionamento Interpessoal	S6: “...saber ter novas amizades, saber escolher os amigos...”; S3: “brinco com eles (pares), jogo à bola com eles”; S1: “bem...são umas boas vigilantes”.
		Apoio	Apoio Psicológico	S1: “...a ti...” (psicóloga estagiária); S5: “se calhar num tinha por exemplo uma psicóloga para falar comigo...”.
			Apoio Escolar	S1: “...nos ajuda a fazer os deveres...ajudam também nos a ler...a corrigir...”; S5: “...num tinha uma escola como tenho agora...”.
			Afecto	S7: “...temos carinho das pessoas...antes num tinha...”; S5: “se calhar num tinha a C...ou assim para me apoiarem...”.

Conseqüências Negativas	Prestação de Cuidados Básicos	Bens Essenciais	S2: "...antes não tínhamos colégio, não tínhamos nada, agora aqui temos colégio, temos pessoas que nos tratam, que nos oferece coisas...temos muita mais sorte..."; S3: "...temos comida...temos tudo...temos os quartos...as roupas...".
	Actividades Lúdicas	Actividades Realizadas na Instituição	S4: "...isto aqui é melhor...temos carinho das pessoas...e brincamos"; S7: "...brinco muito...brinco com os meus amigos...".
		Actividades Realizadas Fora da Instituição	S3: "...vamos passear...vamos ao rio..."; S1: "...vamos também à piscina...".
	Gosto pela Instituição	Sem Qualquer Objecção	S1: "Sim"; S2: "Gosto".
		Com Alguma Objecção	S4: "Gosto...só que às vezes quando...quando fico de castigo é que não gosto..."; S5: "...não e gosto...não porque preferia tar com a minha irmã...e gosto, gosto do ambiente, gosto das pessoas que frequentam a Fundação...".
	Discriminação	Rotulação	S5: "modificou-se tudo...até o apelido...porque os meus amigos na escola tratam-me por FUSOB (Fundação Stela e Osvaldo Bomfim)...por eu andar na Fundação Bomfim..."; S7: "...gozam, chamam-me nomes...".
		Exclusão por parte dos Pares	S7: "...quando pegam comigo..."; S1: "...deixam-me jogar futebol e depois eu caio e eles dizem que fiz-lhes umas rasteiras...e eu não fiz, eles é que fizeram...".
	Perdas	Perda de Amizades	S5: "...deixei de ter amigos por causa disso...por causa de andar, de ter de andar no colégio..."; S5: "...alguns amigos que eu perdi...".
		Afastamento Familiar	S5: "...falta-me a minha família..."; S6: "... (falta) a minha família...mais nada...".

#### **d) Reflexão acerca das Consequências da Permanência no Ambiente Familiar Habitual**

A categoria principal **Reflexão acerca das Consequências da Permanência no Ambiente Familiar Habitual**, bem como as subcategorias principais: *Consequências Negativas* e *Negação* e respectivas subcategorias secundárias: Tristeza, Diferentes Formas de Maus Tratos, Fraco Rendimento Escolar e Comportamento Desajustado, encontram-se sistematizadas no quadro 5, bem como exemplos do discurso.

A grande maioria das crianças reconheceu a existência de aspectos negativos, caso tivessem continuado junto das famílias, sem terem sido institucionalizadas. Assim, expressaram como consequências negativas: a Tristeza (ver exemplos do discurso no quadro 5), demonstrando quais os sentimentos presentes na sua vida, antes da institucionalização; Diferentes Formas de Maus Tratos (ver exemplos do discurso no quadro 5), que evidencia a forma como estas crianças eram tratadas e que tipos de actos sobre estas recaíam; Fraco Rendimento Escolar (ver exemplos do discurso no quadro 5), espelhando a falta de incentivo e interesse que os progenitores manifestavam relativamente às obrigações, aproveitamento e sucesso escolar da criança; Comportamento Desajustado (ver exemplos do discurso no quadro 5), reconhecendo as influências negativas do meio envolvente.

Importa referir que apenas uma criança teve um discurso diferente, tentando negar as evidências, iludindo-se com uma imaginação daquilo que seria ideal para ele. Este aspecto está patente na subcategoria principal *Negação* e Subcategoria Secundária Ilusão.

**Quadro 5 – Discurso dos sujeitos acerca das Consequências da Permanência no Ambiente Familiar Habitual**

<b>Categoria Principal</b>	<b>Subcategoria Principal</b>	<b>Subcategoria Secundária</b>	<b>Exemplos do Discurso</b>
<b>CONSEQUÊNCIAS DA PERMANÊNCIA NO AMBIENTE FAMILIAR</b>	<b>Consequências Negativas</b>	Tristeza	S1: "...triste..."; S3: "...ficava triste...ficava muito triste com eles (pais)...".
		Diferentes Formas de Maus Tratos	S8: "...era mau porque...porque a nha mãe batia-me..."; S2: "...seria pior...não tinha comida, não tinha roupa, não tinha casa, dormíamos com cobertores velhos..."; S8: "...nem sei se hoje ainda ia ser vivo!...pois, porque com os meus pais não comia...uma pessoa sem comer desidrata!...".
		Fraco Rendimento Escolar	S6: "...não tava no oitavo ano...talvez estivesse ainda no sexto..."; S1: "...eu nunca estudava...".
		Comportamento Desajustado	S6: "...talvez comportamento pior..."; S8: "...não ia ser assim...ia ser mais rebelde, até podia ser... ladrão...roubar...e aqui eu aprendi a não fazer isso...".
	<b>Negação</b>	<b>Ilusão</b>	S9: "olha, era capaz de estar na Alemanha ainda...e podia brincar com os meus amigos de lá também...era mais fixe...tar na Alemanha...".

#### e) Desejos das Crianças Relativamente ao Futuro

O quadro 6 sistematiza a categoria principal, **Desejos das Crianças Relativamente ao Futuro**, bem como as suas subcategorias principais, subcategorias secundárias e exemplos do discurso.

As subcategorias principais encontradas foram: *Meio Preferencial para o seu Desenvolvimento*, *Mudanças Desejadas na Instituição*, *Mudanças Relacionadas com a Família* e *Desejos Fantasiosos*. Podemos através deste quadro verificar que, em relação à primeira subcategoria principal, a maioria dos sujeitos deseja continuar na Instituição, ao invés de voltar para a família biológica. Dois sujeitos, pelo contrário, apesar de tudo, preferiam voltar para o seu meio familiar, além de dois outros sujeitos que questionados sobre o assunto têm dúvidas, justificando uma possibilidade e outra S4: "...nos dois lados...é porque tenho vizinhos, amigos e isso...aqui estou bem porque as pessoas são boas e fixes..."; S5: "...sinceramente num sei...tipo, é uma coisa...é assim...eu gosto

de estar aqui, mas também gosto de estar com a minha família...não é?...é assim...eu queria tar aqui se visse a minha família todos os dias...”.

Relativamente à subcategoria principal *Mudanças desejadas na Instituição*, verificamos que na percepção das crianças, a Instituição necessita fazer mudanças relativamente a: Mais Liberdade, Afecto (em relação às crianças já institucionalizadas, mas também em relação àquelas que necessitam desta medida, possibilitando o seu acesso à Fundação), além de Mais Espaços e Objectos Lúdicos.

No que concerne às *Mudanças Relacionadas com a Família*, as crianças manifestaram o seu desejo de uma Aproximação Familiar.

Finalmente considerou-se a subcategoria principal *Desejos Fantasiosos*, e a sua subcategoria secundária Ambição.

**Quadro 6 – Discurso das Crianças sobre os seus desejos relativamente ao futuro**

<b>Categoria Principal</b>	<b>Subcategoria Principal</b>	<b>Subcategoria Secundária</b>	<b>Sujeitos</b>	
<b>DESEJOS DAS CRIANÇAS RELATIVAMENTE AO FUTURO</b>	Meio Preferencial para o seu Desenvolvimento	Permanência na Instituição	S1; S2; S3; S6; S8.	
		regresso à Família Biológica	S7; S9.	
		Ambivalência	S4; S5.	
				<b>Exemplos do Discurso</b>
	Mudanças Desejadas na Instituição	Mais Liberdade	S8: “gostava que nos deixassem assim...quando nós temos escola, sair com os nossos amigos...”; S5: “...poder fazer tudo o que quero...”.	
		Afecto	S7: “...carinho...amizade...e amor...”; S6: “...que a Fundação fosse mais conhecida...que se tornasse maior...que pudesse acolher mais crianças e que pudesse ajudar mais pessoas...que viessem mais pessoas para aqui porque estão a sofrer lá fora, há crianças que estão a sofrer lá fora...”.	
		Mais Espaços e Objectos Lúdicos	S9: “...que tivessem piscina...um campo de futebol...sala de jogos...playstation...tudo...”; S3: “...uma bicicleta...porque eu gosto muito de andar...bonecas...porque eu brinco com elas...”.	
	Mudanças Relacionadas com a Família	Aproximação Familiar	S5: “...que o meu pai mudasse de opinião sobre os filhos...conhecer o meu irmão...”; S8: “...que a minha irmã me fosse ver mais vezes...”.	

---

Desejos  
Fantasiosos

Ambição

S4: “Vida eterna, depois fortuna e...a beleza. Vida eterna porque podia viver mais pra aproveitar o dinheiro...fortuna é porque assim ficava rico e já podia comprar tudo o que queria...a beleza...assim podia engatar as miúdas todas...”; S9: “...pra ser muito inteligente...pra ser o melhor jogador de futebol”.

---

## 2 - Discussão dos Resultados

Após a apresentação dos resultados mais pertinentes obtidos ao longo desta investigação, torna-se imprescindível dedicar este ponto do capítulo “Resultados”, à sua discussão, principalmente no que respeita aos significados em crianças vítimas de maus tratos relativamente à institucionalização, para em seguida se poder concluir finalmente de forma clara toda este trabalho. Além de explicar cada um dos significados, a discussão pode recorrer a exemplificações do discurso das crianças e à literatura existente sobre a temática em causa. Para realizar esta discussão de uma forma mais estruturada, optou-se por analisar os resultados à luz de cada uma das categorias principais encontradas ou seja, de acordo com: (a) Motivo da Institucionalização; (b) Reacção à Institucionalização; (c) Percepção das Implicações da Vivência Institucional; (d) Reflexão acerca das Consequências da Permanência no Ambiente Familiar e (e) Desejos das Crianças relativamente ao Futuro.

### (a) Motivo da Institucionalização

Através desta categoria principal, foi possível concluir aquilo que a literatura relativa a este tema tem vindo a referir ou seja, que a institucionalização de crianças é realizada a maior parte das vezes, devido a maus tratos infantis infligidos pelos progenitores ou seus responsáveis.

As causas da retirada de uma criança à sua família podem ser diversas como por exemplo, dificuldades de relacionamento com pares e adultos, maus tratos, dificuldades em lidar com a autoridade, condutas inapropriadas, défices de auto-controlo, comportamentos perigosos e situações de vários irmãos em risco (Ziruta e Fernández del Valle, 1996, citado por Martins, 2006). No entanto, os maus tratos parecem ser a causa que mais tem vindo a justificar a implementação desta medida (Palácios, 2003).

Como referido anteriormente, são vários os maus tratos que recaem sobre as crianças. Também nesta nossa investigação se verificou a existência de formas diversas, nomeadamente: a negligência - S3: “o pai não comprava comida...”; S8: “depois não comíamos...passávamos fome...” e a violência, tanto interparental - “S4: “os nossos pais davam-se mal...”, como em relação aos filhos - S7: “a minha mãe batia-me...”; S8: “...os nossos pais batiam aos mais velhos (também crianças)...”. Os exemplos aqui apresentados reflectem bem a existência da negligência e da violência para com os filhos. No que concerne à evidência da violência interparental, apesar do exemplo dado poder suscitar dúvidas quanto à sua existência, a verdade é que se sabe de antemão que ela existia, devido ao acompanhamento destas crianças em consulta psicológica individual, pela investigadora no estágio curricular.

Uma outra forma de mau trato que transparece ao longo da investigação desta problemática é o abandono, entendido aqui em relação à forma como a maior parte destas crianças estão como que “depositadas” na instituição, sem receberem qualquer visita por parte dos pais, desde que lá entraram (Gallardo, 1994). Assim, esta característica no nosso entender também pode ser considerada como um maltrato, uma vez que os menores sofrem com esta permanente ausência e total desinteresse por parte dos pais. Os efeitos destas perdas vão de encontro à opinião de Bowlby (1982) quando

defende que a possibilidade de uma perda provoca ansiedade, a perda efectiva causa tristeza, além de que ambas as situações podem desencadear raiva.

Em relação a este aspecto é importante referir também que existe aqui uma ambivalência relativamente aos anseios das crianças ou seja, muitas delas, apesar de saberem que essas visitas nunca se realizam, continuam com a esperança que ocorram. Por outro lado, a revolta e a desilusão fazem com que outras crianças revelem o desejo de não se encontrarem com os progenitores, agindo quando eventualmente isso acontece, com revolta e desaprovação.

A maior parte destas crianças foram vítimas de vários tipos de maus tratos, confirmando a tese de que a maior parte dos maus tratos não surge isoladamente, antes pelo contrário, reúnem-se habitualmente vários tipos de maus tratos, no mesmo caso (Vilaverde, 2000).

Nesta nossa investigação conclui-se ainda a existência de outros condicionalismos para além dos maus tratos, que também contribuíram para a efectivação da institucionalização. Referimo-nos a condições económicas muito diminutas, uma vez que todas provêm de famílias carenciadas, e à existência de doença num dos progenitores. De acordo com Azevedo e Maia (2006), este factor, apesar de não ser condição essencial para que ocorram maus tratos, contribui em larga medida para o seu aparecimento e perpetuação, uma vez que afectam a predisposição dos pais para os filhos. Segundo o modelo sociológico, o stress familiar provocado pelos problemas socioeconómicos está associado aos maus tratos. Por sua vez, o modelo transaccional de Cicchetti e Rizley refere que factores de risco, como por exemplo patologias dos pais, aumentam a probabilidade de maus tratos (Azevedo e Maia, 2006; Vilaverde, 2000).

Na análise desta categoria principal, retiramos ainda outras conclusões importantes. Conclui-se que a maior parte das crianças reconhece o motivo pelo qual foi institucionalizada, explicando o sucedido e as condições negativas por que passaram. O mesmo não acontece com duas crianças, que não fornecem uma explicação lógica para a sua permanência na instituição, revelando a utilização de mecanismos de defesa, para convencerem e se convencerem do porquê de tal situação – S1: “por causa do meu pai...porque ele mentiu a não sei quem...disse ca minha mãe não dava-nos de comer...”; S3: “...porque os meus pais vão trabalhar no café e o meu pai foi trabalhar...camiões...”. Muitas crianças têm dificuldade em aceitar a sua condição, utilizando para tal estratégias mentais que as ajudem, inconscientemente, a suportar e a explicar a situação causadora de sofrimento (Bowlby, 1981).

#### **b) Reacção à Institucionalização**

A institucionalização, de um modo geral, tem um forte impacto na vida de uma criança. Apesar de ser uma medida que visa a protecção, a assistência, o resgatar da criança de um mundo sombrio, incapaz de lhe proporcionar as condições básicas para que se desenvolva equilibradamente, a verdade é que, pelo simples facto de retirar a criança do meio a que está habituada e conhece, produz efeitos negativos, que só com muita ajuda e compreensão serão ultrapassados.

Na nossa investigação, isto também ficou provado. A maior parte das crianças refere-se a sentimentos negativos quando se lhes pede para que retrocedam na sua memória e se reportem a esse momento. Determinados problemas como a separação daqueles que nos são queridos, podem causar ansiedade e depressão (Bowlby, 1979). Os sentimentos mais referidos foram os da tristeza – S2: “...foi a polícia que nos veio buscar e depois trouxe-nos praqui...senti-me triste”; do medo – S9: “...tinha medo de vir praqui...” e do sofrimento que sentem quando vêm que vão ser separados da família

– S3: “comecei a chorar...queria ficar com os meus irmãos”. Todos estes sentimentos são entendidos, uma vez que se trata de uma situação nova, muitas vezes inesperada (tanto mais não seja pela sua idade precoce para entender que esta possibilidade poderia vir a ocorrer na realidade), com um futuro e desenvolvimento totalmente desconhecidos, levados a cabo por pessoas em quem não depositam total confiança.

No entanto, tal como se encontra na literatura (Vilaverde, 2000; Martins, 2006), na nossa investigação também verificamos a existência de uma pequena minoria que, ao referir-se à sua institucionalização, refere sentimentos de felicidade e alívio, demonstrando que existem casos em que a situação é tão precária que as próprias crianças desejam ser retiradas daquele meio, para terem a oportunidade de viverem uma vida melhor.

### **c) Percepção das Implicações da Vivência Institucional**

A vida em instituição constitui uma forma de viver, totalmente diferente daquela a que a criança está acostumada. São várias as mudanças implementadas, abrangendo vários aspectos da vida destes menores.

Os sujeitos participantes na nossa investigação têm consciência dessas mudanças operadas nas suas vidas a partir do momento em que passaram a fazer parte da Fundação Bomfim. Assim, durante a entrevista realizada junto destes com o intuito de recolher informação, referiram-se a essas mudanças demonstrando que estas tanto podem ser positivas como negativas. Como refere Martins (2002) não se deve apenas reconhecer os aspectos negativos, mas também aos positivos. Relativamente às mudanças positivas, foi possível verificar que estas operam a níveis essenciais, impossíveis sem a sua retirada das famílias. Referimo-nos por exemplo, à interiorização de determinadas regras. As crianças, a partir do momento em que entraram para a instituição, passaram a usufruir de um espaço totalmente diferente, com inúmeras

crianças, de várias faixas etárias, etc., sendo necessário a criação e interiorização de regras capazes de possibilitar uma convivência adequada. As regras de estudo fazem-se sentir nesta instituição, nomeadamente através de acompanhamento no que respeita a assuntos escolares (e.g., falar com os professores acerca da criança), apoio nos trabalhos de casa, dúvidas, horários para estudar, etc. Todas estas crianças têm um passado negativo em relação à escola, uma vez que não existiam regras de estudo, incentivo, acompanhamento, imperando por parte dos progenitores um total desinteresse relativamente a esta questão. Algumas destas crianças tinham mesmo o hábito de faltar à escola, havendo mais ausências do que presenças nas aulas – S1: “eu nunca estudava...comecei a estudar...”; “...às vezes eu sempre faltava às aulas, não fazia os deveres...”; S5: “modificou-se o facto de eu ter que ir sempre pá escola...já deixei de faltar...”. As crianças vítimas de uma vinculação insegura, estão mais propensas a apresentar défices em áreas como a interação social, originando problemas de aprendizagem, adaptação escolar e socialização (Azevedo e Maia, 2006). Segundo Alarcão (2000), os maus tratos que a criança sofre, principalmente quando é vítima de abandono ou abuso físico, influenciam fortemente o nível cognitivo e escolar.

São também implementadas regras básicas do dia-a-dia, ajudando-as a preparar o futuro, designadamente a tratar dos afazeres domésticos - S3: “...agora tamos a aprender coisas em casa...como se faz a cama, escolher a roupa...”; regras de higiene pessoal – S6: “...lavamos a cara, a nossa higiene, lavamos os dentes...”; regras pertinentes que auxiliam no relacionamento interpessoal, destacando-se aqui a importância que as vigilantes têm para todas estas crianças, uma vez que manifestam o carinho que sentem por elas, não se verificando também problemas de maior entre pares, apenas os habituais conflitos que existem por vezes entre crianças S6: “...é boa (relação com pares) ...só que...é porque às vezes há problemas...”. De acordo com

Leandro (2005), as pessoas que trabalham na instituição devem actuar como elementos significativos de referência, agentes de confiança e segurança, bem como ter presente que para além da competência técnica, importa o afecto, a disponibilidade, o sentido de justiça, tolerância, persistência, fidelidade e esperança.

Além destas regras, falta apenas destacar a do respeito pelos horários estabelecidos, havendo horas a respeitar (deitar, acordar, ir para a escola, alimentação, etc.). A implementação destas regras pela instituição ajuda as crianças na sua preparação da vida futura, havendo por parte destas uma consciencialização da sua obrigatoriedade e pertinência.

Outra das consequências positivas que os sujeitos referem, relativamente aos ganhos que obtiveram com a sua institucionalização (Martins, 2002), é a do apoio alcançado. Este apoio refere-se ao psicológico, pois de outra forma talvez nunca tivessem acesso a este serviço – S5: “se calhar num tinha por exemplo uma psicóloga para falar comigo...”; apoio escolar, como referido anteriormente; e afecto, uma vez que também constitui uma forma preciosa de apoio – S7: “temos carinho das pessoas...antes num tinha...”, talvez nunca sentida antes. A prestação de cuidados básicos é outra das mais-valias resultante da institucionalização destas crianças, já que agora, finalmente, vêm as suas necessidades mais prementes serem satisfeitas, através de bens essenciais.

As crianças passaram a ter a possibilidade de desfrutarem de actividades lúdicas organizadas pela instituição (e.g. acampamentos, férias, idas à praia, piscina, convívios, etc.).

Com esta análise, verificou-se ainda que a forma como funciona esta instituição parece ser adequada, uma vez que todas as crianças expressam o seu contentamento, mesmo aquelas que referiram no início não quererem ir para lá. De acordo com Leandro

(2005), esta instituição respeita os direitos da criança nomeadamente no que diz respeito aos cuidados de saúde, programas educativos e formativos, questões de disciplina, abertura à comunidade, etc.

No entanto, também se pôde constatar a existência de certas consequências negativas (Alberto, 2002, citado por Martins, 2006) nomeadamente discriminação e perdas. É importante referir que tanto a discriminação, como as perdas não são directamente provocadas pela instituição em si, mas pela sociedade em geral que continua a ver a institucionalização com maus olhos, provocando sofrimento a estas crianças. Assim, estas vêem-se muitas vezes confrontadas com estes problemas, sendo discriminadas (rotuladas e excluídas) e sofrendo perdas (de amizades e família). De acordo com Bruner (1995), também os significados pessoais destas crianças são construídos, tendo em conta os discursos sociais e culturais.

#### **d) Reflexão acerca das Consequências da Permanência no Ambiente Familiar**

Ao analisar esta categoria, verificamos que todas as crianças, à excepção de uma, entendem que se não tivessem sido retiradas do meio familiar, as consequências seriam negativas. Como consequências negativas referem o facto das suas vidas se tornarem repletas de tristeza, entendendo-se também que esta tristeza seria relativa à permanência do comportamento dos pais, que as crianças tão bem conhecem – S3: “...ficava triste...ficava muito triste com eles (pais)...”. Referem também a continuação dos maus tratos nas suas vidas familiares, para além de um rendimento escolar bastante fraco, uma vez que nunca teriam tido incentivo, nem apoio escolar. Finalmente, fazem referência a um comportamento desajustado ou seja, entendem que com todas as influências comportamentais negativas, que com a ausência de regras, ausência de alguém capaz de constituir um exemplo, existência de revolta, os seus comportamentos

nunca poderiam ser correctos, havendo a possibilidade de se virem mesmo a transformar em delinquentes. Na verdade, de acordo com Strecht (1999), estes comportamentos têm vindo a aumentar junto de crianças e jovens, fruto de um meio pouco favorável e ausência de regras fundamentais. O meio constitui uma grande influência no desenvolvimento humano, e muitas destas crianças demonstram este conhecimento.

Conclui-se que existem situações em que a institucionalização é mesmo necessária, se se quer realmente proteger a criança. De acordo com Vilaverde (2000), apesar de ser o último recurso a dever ser seguido, torna-se por vezes imprescindível.

#### **e) Desejos das Crianças relativamente ao Futuro**

Relativamente ao seu Futuro, constatamos que a maior parte destas crianças não anseia por um regresso à família de origem ou seja, à família problemática. Não estão dispostas a abdicar de tudo o que ganharam – S6: “aqui (instituição) ...porque sei que tenho um futuro melhor e...tenho mais condições pra viver...”, sabendo que não houve nenhuma alteração no comportamento familiar. Além disso, são crianças que já se encontram há muitos anos na instituição, sem visitas familiares, em que os laços se foram partindo – S8: “aqui porque se me dissessem, dessem agora a escolha de viver com a minha mãe ou aqui, eu queria aqui porque já estou habituado aqui, já conheço as pessoas daqui agora...e eu quando tava na minha mãe, eu era pequenino, já num me lembro como é que era a vida lá, sei como é que é a vida aqui, portanto escolhia aqui”. Provavelmente, se tivesse sido feito algum trabalho com estas famílias, no sentido de alterar comportamentos, muitas destas crianças prefeririam estar com as suas famílias em vez de passarem as suas vidas numa instituição.

Mesmo assim, algumas crianças gostariam de regressar às suas famílias, existindo alguma esperança de que as condições e os comportamentos já se alteraram -

S7: “com a minha família...porque ela agora já não bebe álcool, nem nada...”. Ainda há algumas que não conseguem exprimir a sua vontade, dando razões justificativas tanto para uma como para outra opção.

Relativamente ao futuro na instituição, há a necessidade de implementar algumas mudanças. As crianças referem a necessidade de se sentirem mais livres, de poderem ter oportunidade de contactar mais com crianças exteriores à instituição, para além do contacto que têm na escola. Na verdade, estas crianças são super-protegidas pela instituição, acabando muitas vezes por fazer com que no futuro não saibam lidar com a liberdade adquirida.

Apesar de ao longo desta investigação se constatar que o afecto faz parte das exigências desta instituição, foi também referido como um desejo para o futuro. O afecto é um dos aspectos mais importantes na vida de toda e qualquer criança, sendo fundamental para um desenvolvimento equilibrado a vários níveis. Estas crianças são seres carentes, ávidas de atenção e carinho, proclamando afecto a toda a hora e momento, mesmo que não seja de uma forma explícita.

Foram também desejadas algumas remodelações na instituição, no sentido de lhes proporcionar mais espaços lúdicos.

No que concerne ao futuro em relação às famílias, algumas destas crianças referem a vontade de uma aproximação familiar, no sentido de fortalecer laços, sentirem-se amadas, apoiadas e acima de tudo, sentirem que têm uma família que se preocupa com elas. Segundo Schaffer (1999), a criança a fim de preservar a sua sobrevivência, pretende estabelecer e manter proximidade com os progenitores e para isso, reúne em si meios necessários que lhe permitam alcançar esse desejo.

### ***Conclusão Geral***

A investigação que chega agora ao fim, apesar de constituir apenas um pequeno contributo para a problemática, permitiu adquirir uma noção global dos vários aspectos que rodeiam a questão da institucionalização de crianças. Este é um tema que começa agora a ser finalmente alvo de interesse, preocupação e empenho, apesar de não abundar bibliografia onde nos possamos debruçar. Aliás, de acordo com Martins (2006), as investigações que existem sobre o impacto da institucionalização de crianças recaíram sobre os dispositivos institucionais existentes na primeira metade do século XX e nos orfanatos dos países de Leste. Assim, é importante a realização de mais investigações nesta área e que se debrucem sobre instituições actuais.

A questão dos maus tratos infantis está amplamente relacionada com a institucionalização, uma vez que para além de ser uma das causas pelas quais se recorre a esta medida (Zurita e Fernández del Valle, 1996 citados por Martins, 2006), é também aquela que mais se verifica para que seja implementada (Palacios, 2003). Esta temática, ao invés da do impacto da institucionalização de crianças tem sido amplamente estudada, sobretudo hoje em dia, havendo uma ampla divulgação de casos flagrantes nos media. Por estas razões os maus tratos têm destaque nesta investigação, sendo um dos aspectos mais referenciados ao longo do trabalho. Apesar de já existirem vários trabalhos relacionados com os maus tratos, este é um assunto que nunca deve ser esquecido, sendo importante para além destes estudos, passar à prática e promover e desenvolver medidas funcionais, no sentido da sua prevenção e intervenção.

Para a implementação desta investigação, baseamo-nos nas metodologias qualitativas, principalmente recorrendo a uma das suas vertentes, a *Grounded Theory*. Este tipo de metodologias distingue-se das metodologias quantitativas, na medida em que não se baseia em teorias prévias mas nos próprios dados para explicar os dados,

realçando as particularidades em vez da constituição de leis gerais (Almeida e Freire, 1997).

O impacto da vida em instituição é uma problemática bastante pertinente hoje em dia, uma vez que se assiste a um crescente número de crianças nesta situação, já que se multiplicam também os casos de maus tratos. Estas crianças são retiradas às famílias com o objectivo de as proteger e por isso, é importante que essa protecção se faça sentir no verdadeiro sentido da palavra. Muitas vezes as crianças são retiradas do meio familiar, o que normalmente já constitui grande sofrimento, sendo colocadas em instituições que nada fazem para colmatar esse sofrimento. Antes pelo contrário, criam seres revoltados, magoados, sem esperança, que vão pautar o seu futuro por estes sentimentos negativos.

De acordo com Palacios (2003), a influência da institucionalização tende a valorizar-se negativamente nas investigações. A gravidade e a persistência de influências desfavoráveis parecem depender da qualidade de vida antes da institucionalização, da qualidade das experiências institucionais, idade de ingresso e saída da instituição. Quanto mais adversos forem estes critérios, mais negativa será a influência sobre a vida dos institucionalizados, a longo prazo. Assim, passar por uma instituição não parece condenar inevitável e irreversivelmente à desgraça psicológica e vital. No entanto, não podemos esquecer que de entre as opções para crianças que têm que ser retiradas das famílias de origem, a institucionalização é a que parece gerar mais riscos.

Além de várias mudanças que têm que ser implementadas nas instituições de acolhimento, o afecto deve ser a palavra de ordem a ser seguida. O amor é essencial para que a criança amadureça afectivamente, evolua intelectual e socialmente, desenvolva as capacidades de aprendizagem, comunicação e regulação biológica

(Flores, 1994; Montagner, 1993). Estas crianças estão ávidas de amor, carinho, afecto e se são retiradas a um meio familiar que as priva disso, a obrigação de quem as recebe é precisamente preocupar-se em fornecer tudo isto à criança, dotando-a assim de mecanismos positivos, capazes de utilizar no seu futuro.

Nesta nossa investigação pretendeu-se, através dos dados recolhidos dos relatos de um conjunto de 9 crianças institucionalizadas na Fundação Bomfim em Braga, entender os seus significados acerca do impacto da institucionalização. Para tal, procedeu-se a uma análise que se dividiu em três fases: passado, presente e futuro destas crianças. Relativamente ao passado, quisemos entender a sua vida antes da entrada na instituição ou seja, motivos pelos quais foram retirados às famílias. No que toca ao presente, a nossa investigação pretendeu entender principalmente, as mudanças efectuadas nas suas vidas, o seu estado actual. Em relação ao futuro, foi importante conhecer os desejos que formulam para as suas vidas.

Podemos referir que várias foram as conclusões alcançadas. Evidentemente que este aspecto provocou um afastamento em relação à família e à comunidade de origem (Cóias, 1995), comportando tristeza, medo angústia, etc. no entanto, esta investigação conclui que tal facto foi ultrapassado. Esta superação de traumas só é conseguida através de esforço, principalmente realizado pelas pessoas que passam a lidar mais de perto com as crianças. Referimo-nos aqui, para além da direcção da Fundação, às vigilantes que detêm um contacto diário mais directo com os menores. Para tal, além de serem satisfeitas as necessidades básicas das crianças, é-lhes dada atenção, carinho, afecto, demonstrado interesse por elas, apoio, etc. O facto de haver uma preocupação constante com as crianças, faz com que se procure muitas vezes dar formação às vigilantes, acerca das técnicas mais indicadas a implementar na vida diária destas

crianças (e.g., reforço positivo, assertividade, etc.) e acerca das várias problemáticas que estas sofrem (e.g., hiperactividade, institucionalização, etc.).

As crianças reconhecem a importância da instituição nas suas vidas e as consequências positivas que daí advêm. Adquirem regras fundamentais para a vivência em sociedade, aspectos totalmente impossíveis sem a institucionalização, já que provêm de famílias desestruturadas. Chegam mesmo a referir que de outra forma, se poderiam ter tornado em pequenos marginais. Segundo Strecht (1999), está a aumentar a delinquência infantil, a criminalidade juvenil, os comportamentos disruptivos nas salas de aula, o absentismo e o abandono escolar, a mendicidade e a vadiagem, a prostituição adolescente, o consumo de tabaco, álcool e drogas entre os adolescentes, etc. Por isso, é importante tomar medidas que possam proteger estas crianças de um meio influente, desfavorável.

Assim, verificou-se que esta instituição utiliza um método eficaz com as crianças que necessitam passar uma etapa das suas vidas aí inseridas, uma vez que estas nove crianças reconhecem as consequências positivas deste acto, apesar de como é evidente, continuar a ser necessário proceder-se a algumas mudanças.

A existência de algumas ideias negativas deve-se à ideia generalizada da sociedade relativamente à institucionalização e não à própria instituição. A opinião negativa acerca da institucionalização deve-se à generalização de uma imagem negativa que a sociedade adoptou, divulgou, influenciou e perpetua. A *Folk Psychology* (psicologia popular) entende que a psicologia em forma narrativa, tem um papel pertinente na organização da experiência. A elaboração de marcos permite a catalogação dos acontecimentos que ocorrem, prolongando na memória essa experiência. Quando é necessário recordarmos alguma coisa, o que nos ocorre primeiro é algo forte, carregado (Bruner, 1995). Assim se justifica a ideia que a sociedade tem acerca da

institucionalização. A verdade é que existe uma grande divulgação das consequências negativas e exemplos chocantes da realidade que se vive numa instituição.

Terminada a investigação e fazendo um balanço de todo o processo desenvolvido, identificamos a existência de algumas limitações do estudo, que no entanto servem de exemplo e auxiliam a ter em conta esses aspectos, no desenvolvimento de investigações futuras. Estas falhas justificam-se devido a uma falta de prática por parte da investigadora em implementar a metodologia, uma vez que se tratou de uma investigação pioneira para esta. Para que estas limitações possam ser prevenidas, é importante que de futuro se tenha em atenção certos aspectos metodológicos como: uma cuidada planificação de todo o processo a desenvolver; colocar através de tópicos todos os assuntos a abordar, que sejam pertinentes para a problemática; pesquisa exaustiva sobre bibliografia e sua leitura correspondente e finalmente, documentação do método de pesquisa que se pretende implementar, bem como de todos os seus procedimentos.

É ainda importante referir que após a conclusão deste trabalho, se nota a necessidade de terem sido realizadas outras questões para além das que foram feitas, no sentido de obter respostas importantes e aprofundar esta investigação. Assim, poderiam ter sido feitas questões que permitissem obter dados sobre estratégias que utilizam para enfrentar problemas, dado que Palacios (2003) conclui através de investigações que utilizam estratégias menos eficazes e saudáveis; que permitissem abordar as problemáticas actuais já que, de acordo com as investigações de Palacios (2003), Tizard (1975, 1989, citado por Palacios, 2003) e Roy, Rutter e Pickles (2000, citado por Palacios, 2003) os adolescentes que permaneceram em instituições ao longo da sua infância, mostram vários problemas nomeadamente, hiperactividade, problemas de conduta e emocionais; ou relativamente à sua auto-estima, uma vez que estudos de

Palacios (2003) referem que esta é significativamente pior. Se acordo com Gómez, Sos, Randall e Vaquero (1991), várias investigações concluem que a privação socioafectiva em idades precoces, provocam condutas de inadaptação a longo prazo, principalmente devido à dificuldade em estabelecer relações interpessoais profundas.

Através deste trabalho, foi possível concluir que apesar das inúmeras divulgações acerca de instituições de acolhimento que funcionam de forma inadequada provocando mais sofrimento nestas crianças, existem outras que constituem verdadeiros exemplos de como devem funcionar este tipo de serviços. Foi assim possível recolher informação acerca de factores que determinam o tipo de impacto que a institucionalização tem para as crianças, salientando-se por exemplo, o tipo de relação que se estabelece com as crianças, a forma como se lida com elas, o apoio disponibilizado a vários níveis, o interesse que se demonstra, o seu reconhecimento, o ambiente familiar que se estabelece (e.g., minilares que tentam reproduzir um ambiente familiar), etc. De acordo com o que alguém já disse, só é possível ensinar uma criança a amar, amando-a.

Para concluir, falta apenas referir que o objectivo final do presente trabalho prendeu-se com a divulgação da importância em se investigar acerca desta problemática, fornecendo informação pertinente acerca da existência de metodologias capazes de recuperar estas crianças.

Os adultos de hoje são o resultado de todas as influências que a criança recebeu na sua infância por isso, é necessário que os adultos se empenhem na contribuição de um futuro melhor por estas crianças. É necessário reunir esforços para que se consigam melhorar as condições institucionais para aquelas crianças cuja institucionalização seja a única alternativa, bem como programas de apoio para quando terminar o acolhimento institucional (Fernández, Alvarez e Bravo, 2003, citado por Palacios, 2003).

Apenas para finalizar, nunca nos esqueçamos o que Leandro (2005, p. 24) refere:

*“Que a infância que permanece em cada um de nós nos motive a uma acção capaz de fomentar que as nossas crianças, sentindo melhor respeitados e promovidos os seus direitos, se aventurem mais confiadamente a projectar-se no futuro. Futuro (...) só possível se soubermos e quisermos assegurar que habite cada uma das nossas crianças, mesmo as mais vulneráveis, uma imagem que lhe permita um sentido positivo do Outro e a veneração da vida ”.*

**Bibliografia:**

- Alarcão, M. (2000). *(des) Equilíbrios Familiares*. Coimbra: Quarteto Editora.
- Almeida, L. e Freire, T. (1997). *Metodologia da Investigação em Psicologia e Educação*. Coimbra: APPORT.
- Almeida, A., Guerreiro, M., Lobo, C., Torres, A. e Wall, K. (1998). Relações familiares: mudança e diversidade. In J. Viegas e A. Costa (Orgs.) *Portugal: que modernidade?* Oeiras: Celta Editora.
- Almeida, A. André, I. e Almeida, H. (1999). *Famílias e Maus Tratos às Crianças em Portugal*. Relatório Final. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Lisboa.
- Alonso, M., Bermejo, B., Zurita, J. e Simón, J. (1994). *Maltrato Infantil y Minusvalia*. Madrid: Ministério de Asuntos Sociales.
- Ariès, P. (1988). *A criança e a vida familiar no Antigo Regime*. Lisboa: Relógio D'Água.
- Arruabarrena, M. e Paúl, J. (1997). *Maltrato a los niños en la familia: evaluación y tratamiento*. Madrid: Pirâmide.
- Arruabarrena, M., Paúl, J. e Torres, B. (1994). *El Maltrato Infantil: Detección, Notificación, Investigación e Evaluación*. Madrid: Ministerio de Asuntos Sociales.
- Azevedo, M. e Maia, A. (2006). *Maus-tratos à criança*. Lisboa: Climepsi Editores.
- Belsky, J. (1993). Etiology of child maltreatment: a developmental-ecological analysis. *Psychological Bulletin*, 144, 413-434.

- Bowlby, J. (1981). *Cuidados maternos e saúde mental*. São Paulo: Martins Fontes.
- Bowlby, J. (1982). *Formação e rompimento dos laços afectivos*. São Paulo: Martins Fontes.
- Bruner, J. (1995). *Actos de significado: más allá de la revolución cognitiva*. Madrid: Alianza Editorial.
- Bruner, J. (1986). *Actual Minds, Possible Worlds*. Cambridge: Harvard University Press.
- Calheiros, M. e Sá, I. (1995). Um modelo de intervenção em situações de abuso e negligência: um estudo de caso. In D. Silva, J. Barroso, J. Córias e R. Costa (Orgs.), *Actas do Congresso "Os Jovens e a Justiça"* (pp. 309-326). Lisboa: APPORT.
- Casas, F. (1998). *Infância: perspectivas psicosociales*. Barcelona: Paidós.
- Cicchetti, D. e Carlson, V. (1997). *Maltreatment. Theory and research on the causes and consequences of child abuse and neglect*. Melbourne: Cambridge University Press.
- Córias, J. (1995). O Internamento de menores como medida educativa e terapêutica: um modelo de intervenção em meio institucional. In D. Silva, J. Barroso, J. Córias e R. Costa (Orgs.), *Actas do Congresso "Os Jovens e a Justiça"* (pp. 179-197). Lisboa: APPORT.
- Denzin, N. e Lincoln, Y. (2000). *Handbook of Qualitative Research*. Thousand Oaks: Sage Publications.
- Fávero, M. F. (2003). *Sexualidade infantil e abusos sexuais a menores*. Lisboa: Climepsi.

- Fernandes, E. (2001). *Encontro de Narrativas Terapêuticas*. Dissertação de doutoramento apresentada à Universidade do Minho, Braga, Portugal.
- Fernandes, E. e Maia, A. (2001). *Grounded Theory*. Consultado em 28 de Setembro de 2007 em <http://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/4209>.
- Ferreira, E. (2006). *Bullying em Contexto Escolar: narrativas e significados em adolescentes e pré-adolescentes*. Monografia apresentada à Universidade Fernando Pessoa, Porto, Portugal.
- Flores, J. (1994). *Influência da família na personalidade da criança*. Porto: Porto Editora.
- Fonte, C. (2003). *Consumos de álcool e drogas ilícitas em estudantes da Universidade do Minho: da estatística à construção narrativa de significados*. Dissertação de mestrado apresentada à Faculdade de Psicologia e de Ciências de Educação da Universidade do Porto, Porto, Portugal.
- Fonte, C. (2005). Investigar narrativas e significados: A *Grounded Analysis* como metodologia de referência. *Revista da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais*, 2, 290-297.
- Fonte, C. (2006). A narrativa no contexto da ciência psicológica sob o aspecto do processo de construção de significados. *Psicologia: Teoria e Prática*, 8(2), 123-131.
- Gallardo, J. (1994). *Maus tratos à criança*. Porto: Porto Editora.
- Galvão, E., Ângelo, M. e Alexandrino, A. (1998). Maus tratos infantis: dois anos de experiência no Hospital Maria Pia. *Nascer e Crescer*, 7(1), 48-52.
- Gamboa, M. (1997). O Projecto de apoio à família e os maus tratos à infância. *Nascer e Crescer*, 6(3), 146-147.

- Glaser, B. e Strauss, A. (1999). *The Discovery of Grounded Theory: strategies for qualitative research*. New York: Aldine de Gruyter.
- Gómez, C., Sos, F., Randall, C. e Vaquero, E. (1991). Estudio comparado del comportamiento de niños educados en medio familiar y niños educados en instituciones. Una perspectiva etológica. *Infância y Aprendizaje*, 56, 105-122.
- Gonçalves, R. (2005). Maltratantes de Crianças: Punir, Tratar ou Controlar? *Infância e Juventude*, 1, 83-90.
- Gonçalves, O. (2000). *Viver Narrativamente. A Psicoterapia como Adjectivação da Experiência*. Coimbra: Quarteto Editora.
- Henriques, M. (2000). *Narrativas e agorafobia: construção e validação de uma narrativa protótipo*. Dissertação de doutoramento apresentada à Universidade do Minho, Braga, Portugal.
- Iwaniec, D. (1995). *The emotionally abused and neglected child: identification, assessment and intervention*. Chichester: John Wiley.
- Knutsen, F. (1995). Psychological characteristics of maltreatment children: putative risk factors and consequences. *Annual Review of Psychology*, 46, 401-431.
- Leandro, A. (2005). Os Direitos das Crianças nas Instituições. *Infância e Juventude*, 3, 15-24.
- Lessard-Hébert, M.; Goyette, G. e Boutin, G. (2005). *Investigação Qualitativa. Fundamentos e Práticas* (2ª ed.). Lisboa: Instituto Piaget.
- Locke, J. (1974). *Ensayo sobre el entendimiento humano*. Buenos Aires: Aguilar.
- Machado, C. (1996). Maus tratos de menores, vitimização e poder: proposta de um modelo integrado de análise. *Psicologia: Teoria, investigação e prática*. 1, 133-148.

- Magalhães, T. (2002). *Maus Tratos em Crianças e Jovens*. Coimbra: Quarteto.
- Maia, A. (2001). *Narrativas Protótipo e Organização do Conhecimento na Depressão*. Dissertação de doutoramento apresentada à Universidade do Minho, Braga, Portugal.
- Martins, P. C. (2002). *Maus-tratos a Crianças. O Perfil de um Problema*. Braga: Centro de Estudos da Criança da Universidade do Minho.
- Martins, P. (2006). A Qualidade dos Serviços de Protecção às Crianças e Jovens – As Respostas Institucionais. *Infância e Juventude*, 2, 103-115.
- Maxwell, J. (1996). *Qualitative research design: an interactive approach*. Thousand Oaks: Sage Publications.
- Montagner, H. (1993). *A Vinculação: a aurora da ternura*. Lisboa: Instituto Piaget.
- Morse, J. (1994). Designing Funded Qualitative Research. In N. K. Denzin e Y. S. Lincoln (Orgs.), *Handbook of Qualitative Research* (pp. 220 – 235). London: Sage Publications.
- Newman, I. (1998). *Qualitative – quantitative research methodology: exploring the interactive continuum*. Carbondale: Southern Illinois University Press.
- Olabuénaga, J. (2003). *Metodología de la investigación cualitativa* (3ª ed.). Bilbao: Universidad de Deusto.
- Palacios, J. (2003). Instituciones para niños: protección o riesgo? *Infancia y Aprendizaje*, 26, 353-363.
- Palacios, J., Moreno, M. e Jiménez, J. (1995). El maltrato infantil: concepto, tipos, etiología. *Infancia y Aprendizaje*, 71, 7-21.

- Papalia, E., Olds, S. e Feldman, R. (2001). *O Mundo da Criança*. Lisboa: MacGraw-Hill.
- Quivy, R. e Campenhoudt, L. (1998). *Manual de Investigação em Ciências Sociais* (2ª ed.). Lisboa: Gradiva.
- Ramos, A. (2006). *Software de Apoio a Metodologias Qualitativas: o NUD\*IST num estudo baseado na Grounded Theory*. Consultado em 28 de Setembro de 2007 em [www.nonio.uminho.pt/challenges/actchal05/tema07/03AltinaRamos.pdf](http://www.nonio.uminho.pt/challenges/actchal05/tema07/03AltinaRamos.pdf).
- Reyes, M. (2007). *A Inutilidade do Sofrimento. Conselhos para aprender a viver de maneira positiva* (20ª ed.). Lisboa: a esfera dos livros.
- Ribeiro, E. (2004). Perspectivas em Torno do(s) Conceito(s) de Criança e suas Implicações Pedagógicas. *Infância e Educação*, 6, 45-60.
- Roig, A. e Ochotorena, J. (1993). *Maltrato y abandono en la infancia*. Barcelona: Martínez Roca.
- Sani, A. (1999). Entrevista de Avaliação-Intervenção com Crianças Vitimizadas. In A. Soares, S. Araújo e S. Caires (Eds.), *Avaliação Psicológica: Formas e Contextos, Vol. VI* (pp. 363-373). Braga: APPORT.
- Santos, J. (1991). *Ensaio sobre Educação. A criança quem é?* Lisboa: Livros Horizonte.
- Schaffer, H. (1999). *Desenvolvimento Social da Criança*. Lisboa: Instituto Piaget.
- Sebastião, J. (1998). *Crianças da Rua. Modos de vida marginais na cidade de Lisboa*. Oeiras: Celta Editora.
- Siqueira, A. e Dell`Aglío, D. (2006). O impacto da institucionalização na infância e na adolescência: uma revisão de literatura. *Psicologia & Sociedade*, 18(1), 71-80.

- Strauss, A, e Corbin, J. (1994). Grounded Theory Methodology: an overview. In N. K. Denzin e Y. S. Lincoln (Org.). *Handbook of Qualitative Research* (pp. 273–285). London: Sage.
- Strauss, A. e Corbin, J. (1998). *Basics of Qualitative Research. Techniques and Procedures for Developing Grounded Theory* (2ª ed.). Thousand Oaks: Sage Publications.
- Strecht, P. (1999). *Preciso de ti: Perturbações Psicossociais em Crianças e Adolescentes*. Lisboa: Assírio & Alvim.
- Strecht, P. (1998). *Crescer Vazio: Repercussões psíquicas do abandono, negligência e maus tratos em crianças e adolescentes*. Lisboa: Assírio & Alvim.
- Vilaverde, M. (2000). *Factores de Risco e Factores Protectores em Crianças Vítimas de Maus Tratos a Viver em Instituições*. Tese de Mestrado apresentada à Universidade do Minho, Braga, Portugal.
- Vital, F., Viegas, M. e Laia, V. (1995). Respostas institucionais às crianças privadas de meio familiar natural. Uma experiência da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa. In D. Silva, J. Barroso, J. Córias e R. Costa (Eds). *Actas do Congresso “Os Jovens e a Justiça”* (pp. 137-149). Lisboa: APPORT.
- Wiehe, V. (1996). *Working with child abuse and neglect: a primer*. Thousand Oaks: Sage Publications.

# *Anexos*

# ***Anexo 1***

## QUESTIONÁRIO SÓCIO-DEMOGRÁFICO

Dados relativos aos sujeitos participantes no “Questionário sobre Institucionalização”, no âmbito da investigação: “O Impacto da Vida em Instituição: narrativas e significados em crianças vítimas de maus tratos”.

Data de Administração: \_\_\_ / \_\_\_ / \_\_\_

Administrado por: \_\_\_\_\_

Sujeito: \_\_\_\_\_

Idade: \_\_\_\_\_

Sexo: \_\_\_\_\_

Tempo de Institucionalização: \_\_\_\_\_

# ***Anexo 2***

---

## Questionário sobre Institucionalização

**Data da administração:** \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_

**Administrado por:** \_\_\_\_\_

Este breve questionário sobre institucionalização tem como objectivo perceber como as crianças se sentem, quando por diversos motivos, têm que ser integradas em instituições.

- 1) Há quanto tempo estás na instituição?
  - 2) Sabes porque é que estás na instituição?
  - 3) Como foi para ti entrar para a instituição?
  - 4) Em que é que a tua vida se modificou, depois de vires para a instituição?
  - 5) O que achas que tens na instituição e que não terias se não tivesses vindo para cá?
  - 6) Na tua opinião, o que achas que ainda falta na instituição para que te sintas melhor?
  - 7) Como achas que seria a tua vida, se não tivesses vindo para a instituição?
  - 8) A tua opinião actual acerca da institucionalização é a mesma que tinhas quando vieste para cá?
  - 9) Gostas de estar na instituição?
  - 10) Conta-me um dia normal da tua vida na instituição.
  - 11) O que gostavas que fosse diferente na instituição?
  - 12) De que gostas mais na instituição?
-

- 13) Como é a tua relação com as outras crianças?
  - 14) Como é a tua relação com as vigilantes?
  - 15) Descreve-me um momento em que te tenhas sentido muito feliz na instituição.
  - 16) Descreve-me um momento em que te tenhas sentido muito triste na instituição.
  - 17) Que conselho darias a uma criança que entrasse agora para uma instituição?
  - 18) Se pudesses pedir 3 desejos, o que pedirias?
  - 19) Achas que estás melhor aqui ou com a tua família (mãe, pai, etc.)?
-